



**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ**  
**UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR**  
**Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - VRPPG**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPG-Psi**  
**Mestrado em Psicologia**

**ELAYNE DE SOUSA CARVALHO E OLIVEIRA**

**Políticas Públicas e Trabalho Informal:**  
**Um Estudo sobre os trabalhadores da Feira José Avelino em Fortaleza, Ce**

**Public Policies and Informal Work:**  
**A study of workers in the Fair José Avelino in Fortaleza, Ce**

**FORTALEZA**

**2015**

**ELAYNE DE SOUSA CARVALHO E OLIVEIRA**

**Políticas Públicas e Trabalho Informal:  
Um Estudo sobre os trabalhadores da Feira José Avelino em Fortaleza, Ce**

**Public Policies and Informal Work:  
A study of workers in the Fair José Avelino in Fortaleza, Ce**

Dissertação apresentada à coordenação do curso de Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza – Unifor, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia, Sociedade e Cultura.

Linha de Pesquisa: Ambiente, Trabalho e Cultura nas Organizações.

Orientador: Prof. Dra. Tereza Glaucia Rocha Matos,  
Universidade de Fortaleza – Unifor.

**FORTALEZA**

**2015**

---

O48p Oliveira, Elayne de Sousa Carvalho e.  
Políticas públicas e trabalho informal: um estudo sobre os trabalhadores da Feira José Avelino em Fortaleza, CE = Public policies and informal work: a study of workers in the Fair José Avelino in Fortaleza, CE / Elayne de Sousa Carvalho e Oliveira. - 2015. 106 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2015.  
“Orientação: Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos.”

1. Trabalho – Aspectos psicológicos. 2. Trabalho informal. 3. Políticas públicas. 4. Feiras livres. I. Matos, Tereza Gláucia Rocha. II. Título.

CDU 159.9:331.1

---

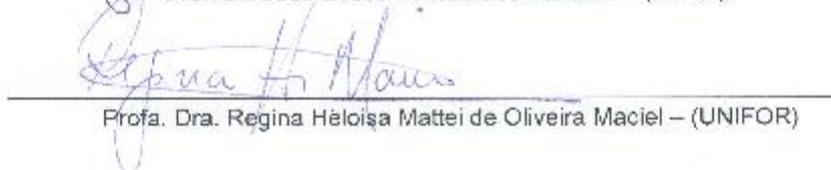


Universidade do Fortaleza – UNIFOR  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Ambiente Trabalho e Cultura nas Organizações

Dissertação intitulada *"Políticas públicas e trabalho informal: um estudo sobre a feira José Avelino em Fortaleza, CE"*, de autoria da mestranda Elayne de Sousa Carvalho e Oliveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos – (UNIFOR) – Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos – (UECE)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Regina Hêloísa Mattei de Oliveira Maciel – (UNIFOR)

Fortaleza, 01 de setembro de 2014.

Visto:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
UNIFOR

## **Agradecimentos**

A Deus, em primeiro lugar, por ter permitido essa conquista em minha vida.

Aos meus pais, Raimundo e Beroniza, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus tios, Brandão e Ana, pelo acolhimento e carinho.

A minha orientadora, professora doutora Tereza Gláucia Rocha Matos, pelos ensinamentos compartilhados durante o Mestrado.

Aos professores, doutora Regina Maciel e doutor João Bosco Feitosa, pela disponibilidade em participar da banca, pelo carinho com o qual avaliaram a minha pesquisa e pelas valiosas contribuições.

A todos os componentes do LET, em especial a minha amiga Karen Hyppólito, por estar sempre ao meu lado nessa jornada.

## **Resumo**

A realidade social, política e econômica atual é marcada por novos e crescentes modelos de trabalho, entre os quais se insere o trabalho informal, vertente cada vez mais presente no Brasil, cujo crescimento significativo resulta em novas formas de relações estabelecidas entre os seus representantes e o Poder Público, no âmbito político-social. Trata-se de cenário propício à realização deste trabalho, cujo objetivo consiste em conhecer as ações e projetos políticos voltados para os trabalhadores informais da Feira José Avelino e a percepção dos feirantes sobre eles, analisar a percepção do Poder Público sobre a Feira, bem como a vivência desses trabalhadores em relação a essas ações. Desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, mediada por entrevistas semiestruturadas com três representantes do Poder Público Municipal e 15 trabalhadores da Feira José Avelino, na cidade de Fortaleza, Ce. Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo. Constatou-se que não existem políticas públicas voltadas especificamente para a Feira, tampouco para os trabalhadores que a promovem, e que as ações realizadas pela prefeitura no local são de mero ordenamento, para o que se vale da repressão, manifestada nas apreensões das mercadorias dos feirantes. Sua atual extensão a coloca como grande problema na pauta do Poder Público Municipal, que os feirantes consideram omissos e de ações ineficazes. Esses trabalhadores avaliam como negativas suas vivências relacionadas às ações do Poder Público Municipal, porquanto resultam em tristeza, insegurança, humilhação, constrangimento, revolta, sofrimento, descrença e apreensão, e consideram que essas ações apenas interferem na realização da feira e não ajudam a resolver os problemas existentes em sua realidade.

**Palavras-chave:** Trabalho informal. Feiras. Políticas públicas.

## **Abstract**

The current social, political and economic reality deal with new and increasing job templates, among which the informal work, shed more and more present in Brazil, whose significant growth resulting in new forms of relations established between their representatives and the Government, under social policy. This is scenario conducive to realization of this work, whose aim consists in knowing the political actions and projects geared to informal workers of José Avelino Fair and their perceptions about them, analyze the perception of the Government about the Fair, and those workers experience related to these actions. Developed a research of qualitative nature, mediated by semi-structured interviews with three representatives of the Municipal public power and 15 workers of José Avelino Fair, in the city of Fortaleza, Ce. The data obtained were subjected to content analysis. It was noted that there are no public policies geared to the Fair, either for workers who promote it, and that the actions taken by the city at the local are of mere land, and uses repression, manifested in seizures of goods from stallholders. Its current extension puts it as big problem on the schedule of the Municipal public power, that stallholders consider silent and of ineffective actions. These workers assess as negative their experiences related to the actions of the Municipal public power, because they result in sadness, insecurity, humiliation, embarrassment, anger, grief, disbelief and trepidation, and consider that these actions only interfere with the achievement of the Fair and do not help to solve the existing problems in their reality.

**Keywords:** Informal employment. Trade. Public policy.

## Sumário

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO.....  | 08  |
| 1 TRABALHO INFORMAL.....   | 11  |
| 1.1 Trabalho Informal no Centro de Fortaleza.....                  | 13  |
| 1.2 Vivências dos Trabalhadores Informais nas Ruas.....            | 16  |
| 2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....  | 29  |
| 2.1 Políticas Públicas e Trabalho Informal.....                    | 29  |
| 3 AS FEIRAS E SUAS (RE) CONFIGURAÇÕES NO TEMPO.....                | 41  |
| 3.1 Feira José Avelino: Formação e Estratégias de Permanência..... | 43  |
| 4 PERCURSO METODOLÓGICO.....                                       | 51  |
| 4.1 Definição do Tipo de Pesquisa.....                             | 51  |
| 4.2 Seleção dos Métodos e Instrumentos.....                        | 52  |
| 4.3 Definição da População e Amostra.....                          | 52  |
| 4.4 Local e Período da Pesquisa.....                               | 53  |
| 4.5 Aspectos Éticos da Pesquisa.....                               | 54  |
| 4.6 Processo de Análise dos Dados.....                             | 55  |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....                                      | 57  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 83  |
| REFERÊNCIAS.....   | 88  |
| APÊNDICES.....   | 100 |

## Introdução

As primeiras tentativas de conceituação do trabalho informal ocorreram no início dos anos 1970, período em que esse modelo de trabalho era visto como resultante de uma transição econômica, geradora de muitos desempregados e trabalhadores informais, que saíam das áreas rurais e se aglomeravam nas cidades industrializadas. A partir desse momento, foi inaugurada uma terminologia que situava o trabalho informal como parte da estrutura econômica, ou seja, pertencente à estrutura produtiva (Pamplona, 2001).

Nesse contexto, apresentam-se as feiras livres como polos de trabalho informal, visto que o trabalho dos feirantes está inserido nesse modelo. Ocorre que a maior parte desses trabalhadores não possui contrato formal de trabalho, ou goza de qualquer garantia de segurança social (aposentadoria, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço [FGTS], benefício do Instituto Nacional do Seguro Social [INSS], entre outras). Entende-se, dessa forma, necessário o desenvolvimento de uma análise do trabalho dos feirantes à luz das explicações teóricas sobre o trabalho informal, a fim de se compreender melhor a existência e o funcionamento desse segmento de comércio tão identificado com a informalidade. Cacciamali (2000) ressalta que o fenômeno da informalidade é abrangente e remete a inúmeras atividades econômicas de natureza heterogênea como o trabalho autônomo e comércio de rua, situação em que se encontram os feirantes no contexto das feiras livres.

Para se compreender os processos cotidianamente conduzidos para se organizar a feira livre é importante identificar as regras gerais de seu funcionamento. Fica a cargo do Poder Público a definição de normas e a fiscalização das feiras livres. Regulamentos definem o conjunto de regras referentes à instalação, tipos e grupos de mercadorias que podem ser comercializadas, regras de higiene, dentre outras. Sendo assim, a feira livre é priorizada

segundo as medidas tomadas pela administração municipal, enquanto atender aos anseios dessa população culturalmente moderna. Esse raciocínio leva à reflexão sobre a organização imposta à feira livre pelos órgãos administrativos públicos (Mascarenhas, 2008).

A Feira José Avelino apresenta-se como um modelo de feira livre e suas especificidades garantem uma significativa análise das transformações que a mesma implementa no espaço urbano do centro de Fortaleza, como também dos atores sociais que fazem parte de sua dinâmica. Essa feira se destaca como a maior geradora de emprego informal do estado do Ceará na atualidade, maior feira ao ar livre de confecções do estado e uma das maiores do Nordeste, com uma média de oito mil vendedores, atraindo vários ônibus abarrotados de pessoas de diferentes localidades. A feira chega a receber, por dia, na alta estação, até 20.000 pessoas, provenientes de vários estados do País, assim como de Fortaleza e de todo o Ceará (Lavor, 2010).

Nesse sentido, é possível afirmar que conhecer a percepção e a vivência dos trabalhadores que formam a Feira José Avelino, assim como as feiras livres de um modo geral, em relação à administração do Poder Público, é também analisar a atividade de rua no tocante às condições de trabalho, descrevendo o resultado da relação entre o trabalhador, a atividade, a demanda e o controle por parte do Poder Público Municipal. Esses trabalhadores informais que atuam na rua sofrem constante pressão coercitiva da fiscalização municipal, sujeitando-se a situações tensas e conflituosas resultantes de práticas regulamentadoras que se tornam, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização de suas atividades, vistas pelo estado como ilegais (Cunha, 2009).

Estudar a informalidade é estudar o trabalho na contemporaneidade e suas questões sociais. Nesse sentido, é relevante conhecer a percepção desses trabalhadores e do Poder Público acerca do modo como são administrados esses espaços, devido a sua importância

para a relação entre Estado como poder administrativo e trabalhadores informais, o que este estudo pretende realizar, contribuindo, assim, para esse processo de conhecimento. Diante disso, objetiva-se conhecer as ações e projetos políticos voltados para os trabalhadores informais da Feira José Avelino e a percepção dos feirantes sobre essas ações, analisar a percepção do Poder Público sobre a Feira, bem como a vivência desses trabalhadores em relação a essas ações.

A abordagem metodológica utilizada para a realização deste trabalho foi a pesquisa qualitativa do tipo descritiva, desenvolvida por meio de um estudo de campo e da técnica de entrevista semiestruturada. A pesquisa foi aplicada em dois locais, na Feira José Avelino e na Secretaria Regional do Centro de Fortaleza (Sercefór), responsável pelas ações voltadas para o centro da cidade, o que inclui a feira em questão. Os resultados foram processados a partir da análise de conteúdo. Ressalta-se que a análise sobre as ações do Poder Público voltadas para a Feira se alicerça na intenção de, mediante o seu exame, configurar-se uma visão acerca da percepção dos feirantes a seu respeito.

Este estudo, portanto, se inicia com uma apresentação do trabalho informal no contexto geral e no centro de Fortaleza, em seguida, apresenta algumas vivências e percepções dos trabalhadores informais nas ruas em relação às ações do Poder Público na realidade do Brasil e, posteriormente, aborda as políticas públicas em sua relação com o trabalho informal. Na continuidade, expõe, ainda, um histórico sobre as feiras, em particular sobre a Feira José Avelino. Em um segundo momento, desvenda o percurso metodológico, identificando os sujeitos da pesquisa, os instrumentos e procedimentos adotados na coleta e análise de dados. Por último, evidencia os resultados e sua respectiva discussão, coroando a pesquisa com algumas considerações finais.

## 1 Trabalho Informal

A expressão trabalho informal surge pela primeira vez em 1972, no Quênia, África, no Relatório sobre Emprego e Renda da Organização Internacional do Trabalho (OIT), proposta em substituição a trabalho moderno (tecnologia avançada), trabalho tradicional (tecnologia atrasada) e subemprego. Esses relatórios descreviam que, nessas localidades, mais grave do que o problema do desemprego era a existência de um grande número de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas. No texto da OIT, o trabalho informal é visualizado como uma nova estratégia de desenvolvimento, terminologia empregada posteriormente por diversos teóricos para caracterizar o trabalho em condições de pobreza. A OIT estabelece, então, que o trabalho informal passa a ser considerado um agrupamento de atividades de baixo nível de produtividade, exercido por trabalhadores independentes (exceção feita aos profissionais liberais) e empresas muito pequenas ou não organizadas, geralmente unidades familiares, com raros assalariados ou aprendizes sem remuneração, empresas com baixo capital, técnicas rudimentares, baixo nível tecnológico, mão de obra desqualificada e reduzida produtividade (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 1972).

Fagundes (1992), ressalta que esses estudos da OIT mostraram também que o crescimento do emprego industrial e dos serviços foi insuficiente para absorver toda a população economicamente ativa urbana. Marx (1984) indicava, em fins do século XIX, que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora relativamente supérflua ou subsidiária, e que o número de trabalhadores ocupados está ligado às flutuações e à produção transitória da superpopulação, que assume a forma de expulsão dos trabalhadores ocupados

ou, de maneira menos visível, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional.

Assim, de acordo com a OIT, o trabalho informal surgiu a partir da forte migração da população rural para centros urbanos, levando a um excedente de mão de obra nas cidades. Essa população, para sobreviver, foi obrigada a criar seu próprio trabalho (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 1972). Nesse caso, o trabalho informal é determinado como uma alternativa para o desemprego, estabelecido pela mão de obra remanescente e de fácil inserção, formado basicamente por ocupações que necessitam de pouco investimento financeiro, curta escala de produção, sucinta organização produtiva, métodos tecnológicos descomplicados e baixa assistência das políticas governamentais. Nesse contexto, é possível averiguar o desdobramento do trabalho informal desde o estabelecimento do mercado de trabalho como modelo de socialização, a partir da Revolução Industrial, quando se consolida o assalariamento e o trabalho como base privilegiada de inserção na organização social (Castel, 2008).

É importante ressaltar que, se a Revolução Industrial prejudicou a empregabilidade rural, a crise da grande fábrica fordista causou a explosão do setor terciário e a diminuição significativa de postos de trabalho no setor secundário. No âmbito dos problemas da economia brasileira, em 1980, a desestruturação do mercado de trabalho foi um acontecimento real, assim como o desassalariamento, o desemprego, e a adoção de políticas neoliberais em 1990, que influenciaram na precarização dos empregos e trabalhos com carteira assinada, apontando o papel do Estado no curso da elaboração e estabelecimento do mercado de trabalho brasileiro. Originam-se desse evento o modelo de globalização econômica, a reestruturação produtiva da economia, a instituição das recentes tecnologias e os novos padrões de relação entre o Estado e a sociedade civil, representados pelas ações neoliberais, que causaram alterações importantes no âmbito social, refletindo de maneira

significativa nas formas de inserção no campo do trabalho. Nesse contexto, evidencia-se o trabalho informal, o qual retém uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, e, seja em razão da total exclusão ou segmentação do mercado, ou devido a uma opção voluntária de sair da formalidade, a informalidade pode levar a um equilíbrio social aquém do ideal, no qual muitos desses trabalhadores não são regulamentados e não participam dos benefícios trabalhistas (Antunes, 2009).

E, mesmo diante de inúmeras dificuldades, o trabalho informal já desponta como prática social de grande significância, sua existência não confronta revolucionariamente o Estado, mas mantém uma relação de dependência e subordinação intrínseca com o modo de produção capitalista, desenvolvendo-se em toda a extensão do tecido social. Nesse contexto, pode-se ressaltar que o trabalho informal é uma característica marcante do mercado de trabalho das grandes e pequenas cidades do Brasil. Embora haja divergências sobre como se estabelecer parâmetros para dimensionar esse fenômeno, criando, dessa forma, estimativas mais precisas sobre seu peso estrutural, parece consensual que o mercado de trabalho informal avançou de tal forma que não há como negar sua importância como parte constitutiva do mercado de trabalho. Essa realidade expressa mudanças na maneira como o trabalho se relaciona com as dinâmicas urbanas e oferece referências para a construção da vida social (Silva, 2008).

### **1.1 Trabalho Informal no Centro de Fortaleza**

Em relação a 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) cearense cresceu 4,3% em 2011. Superou o desempenho da economia brasileira, que teve alta de 2,7% no mesmo período. Não o bastante, no entanto, para retirar da informalidade gente dos mais diversos segmentos econômicos e ocupacionais, inclusive aqueles relacionados às práticas comerciais. As

atenções se voltam para o comércio ambulante, que, pela falta de ordenamento, também é problema na quinta cidade mais populosa do Brasil. Em Fortaleza, o crescimento da informalidade ganha força no centro da cidade (Chaves, 2012).

O Ceará vem apresentando índices promissores em relação ao mercado formal - de 2007 a 2011, acumulou um saldo de 287.207 novas vagas -, mesmo assim, a informalidade continua a atingir variados segmentos ocupacionais. Estudo realizado em 2008/2009 pelo Sistema Nacional de Emprego do Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT) apontou que mercado de trabalho informal precisa de apoio governamental. Diante da precariedade desses postos de trabalho, configura-se a responsabilidade do Estado, cuja atuação omissa contribui significativamente para a formação desse quadro, segundo o professor Márcio Veras Correa, do Programa de Pós-Graduação em Economia (Caen) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Assim, avaliando-se a situação sob duas perspectivas, a das empresas e a dos trabalhadores, a responsabilidade recai sobre o estado, pois faltam políticas de estímulo à exportação, logística, infraestrutura nas rodovias, entre outras iniciativas (Chaves, 2012).

A migração para a informalidade pode ocorrer por opção ou necessidade e, de acordo com Erle Mesquita, coordenador de estudos e análise de mercado de trabalho do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), com base no estudo “Formalização do emprego e inserção precária: duas faces do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)”, realizado em 2011, apesar de todos os avanços da economia e do ganho real de salários dos mais pobres, cada vez mais há concentração de trabalhadores nas faixas salariais mais baixas. Na grande Fortaleza, apenas 10% da população ocupada ganha mais de 1,6 mil reais, o que demonstra a disparidade social em que se vive. Na capital, a informalidade aumentou, ainda em períodos de crescimento econômico, corroborando o entendimento de

que se associa a uma característica estrutural da economia. Ainda de acordo com Mesquita, as maiores parcelas de trabalhadores informais estão nos serviços (49,82%) e comércio (21,43%), encaixando-se neste último os vendedores ambulantes/camelôs (Chaves, 2012).

Partindo-se do pressuposto de que o comércio informal é um fenômeno crescente na capital cearense, responsável por mudanças na organização espacial da área central, o tema aparece com grande relevância na atualidade. A existência do comércio informal contribui para a formação de territórios no centro de Fortaleza. Com um comércio informal relevante e crescente, o bairro que compreende o Centro da cidade passou a ser modificado pelos agentes sociais que o frequentam e que ali trabalham. O centro, então, se estabelece como local de consumo, proporcionando, dentre outros fatores, o crescimento do comércio informal, que, ao longo dos anos, tomou grandes proporções. Devido a uma organização do espaço urbano que segue uma estrutura radiocêntrica, o centro ainda mantém o papel de polo comercial e de serviços da população de menor poder aquisitivo (Santos et al., 2011).

As praças, outrora principal ponto de encontro da população local, assumem novos usos como local de parada de ônibus e ponto de vendas de comerciantes informais (feirantes, ambulantes, camelôs). Dantas (1995), ao discutir as políticas públicas que incorporaram a questão do comércio informal no centro de Fortaleza, enfatiza que essa atribuição de novos usos às praças do centro teve implicações diretas no comércio informal, como se visualiza em suas próprias palavras: “a Prefeitura Municipal de Fortaleza ao tentar facilitar a circulação no centro como condição para aumentar sua capacidade de atração em relação a outros bairros da cidade criou condições para o crescimento e desenvolvimento do comércio ambulante nestas áreas e nas ruas adjacentes” (p. 131).

A apropriação das praças e calçadas do Centro ocorre por diversos indivíduos que oferecem quantidades e tipos diferenciados de mercadoria com frequência variável ao longo do dia. Evidencia-se, assim, uma rotatividade no Comércio Informal (Santos et al., 2011).

## **1.2 Vivências dos Trabalhadores Informais nas Ruas**

Este tópico do trabalho constitui um breve recorte empírico da temática, no qual são explanadas vivências de trabalhadores informais nas ruas, dentro do contexto do Brasil. Utilizaram-se como referências, para esse fim, pesquisas de campo realizadas com esses trabalhadores em diferentes estados brasileiros, no intuito de explorar o referencial teórico existente dentro da realidade do País e abordar de forma mais consistente esse assunto, foco do presente trabalho.

Cerqueira (2000) observa que a rua se caracteriza como espaço que acolhe excluídos e reproduz a exclusão com suas teias laborais e relações de poder e legalidade. Por sua vez, a mão de obra que atua nas ruas tem deixado de desenvolver suas atividades como saída temporária para a exclusão, assumindo-as como prática permanente, uma vez que retornar ao mercado formal de trabalho é, para muitos, algo fora de cogitação. O trabalhador informal que atua nas ruas esforça-se para ser reconhecido como trabalhador, para fugir do estigma de marginal, quase sempre associado ao comerciante de rua. A apropriação dos espaços públicos como locais de trabalho é justificada por esses trabalhadores como normal, natural, necessária para a sobrevivência, logo, relacionada à importância de ganhar a vida honestamente. Essas assertivas podem ser comprovadas pela pesquisa “Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho”, realizada em 2008, pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), com 20 trabalhadores de rua do Centro Histórico de Fortaleza, cadastrados junto ao Departamento de Comércio Ambulante de Fortaleza (DCA). A pesquisa também revela que

essas formas de trabalho informal nas ruas requerem, de seus atores, que sejam detentores de capacidade de deslocamento e de mobilidade, tanto para carregar o material de trabalho, como para fugir da constante fiscalização da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

O Centro de Fortaleza apresenta limitação para comportar todos os trabalhadores. A reduzida capacidade para abrigá-los no espaço público determinado pela PMF resulta, sistematicamente, em uma grande massa de não cadastrados. Convém frisar que os trabalhadores de rua não cadastrados formam um grupo vulnerável ao aparelho de repressão do Poder Público, submetido à violência, às perseguições e às repressões, principalmente por não fazer parte do sistema de proteção material, estando, portanto, fora da ordem de direitos. A apreensão sistemática das mercadorias é uma das faces da abordagem usada nesses casos, justificada em argumentos de que se trata de medidas de higiene, segurança e de revitalização dos espaços públicos (Cunha, 2009).

Ainda na pesquisa em comento, um dos entrevistados não cadastrado e que está nessa atividade há 20 anos, nas principais ruas do centro de Fortaleza, relata que “quando eu estou aqui, quando eles vêm, eu saio, vou pro outro lado. Fico só andando, caso o rapa venha pode tomar tudo” (Cunha, 2009, p. 80). Para os 20 trabalhadores entrevistados, o espaço público é, antes de qualquer coisa, a praça, a rua, um tipo de espaço no qual não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa, “um lugar em que as pessoas possam andar, comprar, vender. Ele é público, todo mundo pode passear e fazer o que gosta” (p. 81). Os trabalhadores entrevistados argumentam que a utilização dos espaços públicos como saída para sua sobrevivência é defendida mesmo contrariando as leis estabelecidas. Desse modo, sobreviver na rua é constituir uma nova forma de uso do espaço público. Na visão de mais um entrevistado, “eu acho que se a gente está transgredindo

alguma coisa da lei, isso hoje no Brasil é o mínimo. É o mínimo porque o que a gente quer é simplesmente alimentar nossa família” (p. 81).

Para os trabalhadores entrevistados, sua atividade é importante para a cidade, o que os legitima, em sua visão, a apresentar algumas reivindicações para a PMF, direcionadas à melhoria de suas condições de trabalho: Desenvolver ações concretas para desmistificar a ideia vigente de que os trabalhadores são marginais, que não devem ser reconhecidos, ou, ainda, da existência de uma relação direta entre o ganho adquirido pelo comércio de rua e a perda no âmbito do comércio formal; Traçar o perfil dos trabalhadores e mapear os locais mais apropriados ao exercício de suas atividades, visando o estabelecimento de áreas especializadas na comercialização de artesanatos, eletroeletrônicos, confecções, alimentação, entre outras; Organizar os trabalhadores não cadastrados em um espaço fixo; Tomar medidas que possibilitem o aumento dos consumidores e a melhoria das condições de trabalho, a exemplo da oferta de linha de crédito, de cursos sobre técnicas de vendas e atendimento ao cliente, de banheiros públicos, lixeiras, segurança e estacionamentos; Organizar os pontos de venda com bancas maiores e toldo para proteger contra o sol e a chuva. Nessa pesquisa, foi possível perceber que todos os participantes ressaltam a importância da organização dos trabalhadores de rua, enfatizando, ao mesmo tempo, “que cabe muito aos governantes olharem pra nossa situação e ver o que eles podem fazer pela gente” (Cunha, 2009, p. 82).

A fala em tela alerta para a realidade pluricarenial desses trabalhadores informais de rua, que não gozam de qualquer direito relacionado à velhice, à doença, a acidentes, ao desemprego, encontrando-se “numa inconstante”. Como relata um dos entrevistados, “Se amanhã, Deus defenda, eu cair doente, não terei auxílio nenhum” (Cunha, 2009, p. 82). Esses trabalhadores são subordinados a uma rotina em que não podem faltar ao trabalho, nem por doença, porque não ganham o dinheiro do dia. Submetem-se constantemente à insegurança

do mercado e à fiscalização intensa da Prefeitura, que lhes impõe o pagamento de taxas, a regularização das barracas, o redimensionamento das mesmas, o tipo de produtos que podem comercializar, entre outras restrições (Cunha, 2009).

Em outra pesquisa realizada no Nordeste, Barreto (2003) baseia-se em relatos e dados relativos às condições e processos de trabalho dos trabalhadores de rua de Salvador para evidenciar que entre os problemas (listados como principais) enfrentados por eles no seu dia a dia, os conflitos com a Prefeitura, sua fiscalização e repressão aparecem em 25% dos casos. São inúmeros casos de agressões relatados e observados no dia a dia, que quase sempre resultam na apreensão de mercadorias e instrumentos de trabalho. Um dos entrevistados relata que “uma vez fui espancado pelo rapa, acho que deveria diminuir a perseguição” (p. 127). Também são várias as queixas em relação às ações do Poder Público, como a que se visualiza nas próprias palavras de um respondente: “trabalhar na rua é horrível, a gente toma sol e chuva, a prefeitura não deixa botar proteção nas barracas, a perseguição da prefeitura é grande. A prefeitura bota você num local que você não vende nada, e ao invés de ajudar atrapalha” (Barreto, 2003, p. 127).

As entrevistas revelaram que a maioria dos entrevistados (68%) afirmou nunca ter sido vítima de violência em seu local de trabalho, no entanto, um número significativo de trabalhadores (32%) informou que já sofreu algum tipo de violência. Indagados acerca da origem dessa violência, 32% dos entrevistados afirmaram ter sido vítima do “rapa”, ou seja, a Prefeitura apareceu nessa pesquisa como um dos principais responsáveis pela insegurança dessas pessoas. A atuação dos fiscais da Prefeitura deixa um saldo de trabalhadores espancados e mercadorias destruídas. Segundo os relatos dos trabalhadores de rua, esses fiscais implicam se eles estão sentados, se colocaram um plástico para se proteger da chuva, se estão vendendo um produto diferente naquele dia - qualquer coisa é motivo para

perseguição: “meu principal problema são os fiscais da prefeitura que exigem tanto e não fazem nada pra agente. Até o plástico que a gente bota na barraca pra proteger da chuva e do sol eles tiram, só querem nosso dinheiro” (Barreto, 2003, p. 128).

Interpelados sobre o que acham do seu sindicato ou associação, somente 17% fazem algum tipo de avaliação positiva, enquanto 63% o avaliam negativamente, considerando-o ineficaz e sem força política, ou indigno de sua confiança. Vale ressaltar que os 20% restantes não sabem o que é o sindicato ou não o conhecem. Isso significa que a grande maioria desses trabalhadores não se identifica, ou não confia em seu sindicato, como se percebe na fala de um dos entrevistados: “o sindicato dos ambulantes não faz nada. A prefeitura faz o que quer e eles não resolvem nada” (Barreto, 2003, p. 138).

Em mais uma pesquisa realizada em Salvador, Durães (2004) também retrata a realidade dos trabalhadores de rua. De acordo com os dados obtidos, os trabalhadores de ponto fixo (76%) seguem as regras estabelecidas e fiscalizadas pela Prefeitura, como a definição do espaço e do horário de realização da atividade, afirmando que atuar nesse sentido “é bom, porque tamo trabalhando, o ruim é não ter uma proteção, segurança. O rapa vem e esmaga a gente, sempre tá fiscalizando, perseguindo. Eles forçam a gente a desarmar antes da hora” (p. 78). Entre os promotores de violências sofridas pelos entrevistados, o rapa revelou-se responsável em 34% dos casos, apresentando-se como um dos principais problemas do seu dia-a-dia para 23% dos trabalhadores, principalmente porque “arranca as lonas e aprisiona as mercadorias que estiver além do limite” (Durães, 2004, p. 80).

Em relação ao sindicato da categoria, 40% afirmaram não confiar na entidade, que não é atuante, não tem força política, é ruim e está vinculado à prefeitura; 15% disseram não conhecer o sindicato; e 14% fizeram uma avaliação positiva da entidade (atuante, ajuda, é bom). Esses dados permitem inferir que o baixo nível de agregação política e coletiva desses

trabalhadores, entre outros fatores, impede-os de opor uma resistência expressiva às coerções impostas pelo Poder Público municipal. Como lhe cabe ditar a organização do trabalho, trata de impor ritmos e controles, além de decidir quem entra ou quem pode ou não pode trabalhar nas ruas. Portanto, a atividade do camelô tem sua dinâmica de funcionamento preestabelecida, até o local onde o trabalho vai ser executado é previamente definido.

No relato do trabalhador entrevistado,

estou na rua, porque, aqui não tenho patrão. Chego a hora que quero, venho quando quero, ninguém tá aqui me dando ordens. Tem só o rapa que me persegue. Todo dia eles inventam uma coisa: trocam a barraca, marcam o chão. Mas, dá pra se viver, não se ganha muito, mas se vive (Durães, 2004, p. 92).

Ocorre que no próprio discurso do trabalhador pode-se perceber certa contradição. Ele diz que não tem patrão, que vai trabalhar na hora em que quer e bem entende, e não há ninguém que lhe dê ordens. No entanto, sabe-se que o seu horário, local e forma de trabalho são predeterminados: ele recebe ordens do “rapa”, como diz um outro trabalhador: “os home não aliveia, só quer dinheiro” (Durães, 2004, p. 92).

Mediante pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Matsuo (2009) retrata a violência no trabalho contra as mulheres camelôs que ocorre nos momentos de “rapas” da Guarda Municipal. Entre as entrevistadas estava a coordenadora do Movimento Unido dos Camelôs (Muca) do Rio de Janeiro, Maria de Lourdes (Maria do Camelô), que sofreu várias agressões físicas, mesmo quando grávida: “estava vendendo numa banquinha, de repente os guardas vieram pra cima com cacetes. Eu tinha barriga e tudo, tava grávida e eles me bateram nas costas e pernas!” (Matsuo, 2009, p. 245). A segunda agressão que Maria do Camelô sofreu foi logo após o nascimento do terceiro filho, como se evidencia em suas próprias palavras:

eles vieram empurrando a gente. Não adiantava gritar, pedir para parar e conversar. Eles não queriam negociar. Queriam bater. Fiquei preocupada, tinha muita gente idosa, deficientes físicos, crianças. Eles me pegaram pelo braço e me derrubaram no chão. Eu apanhei muito (Matsuo, 2009, p. 246).

Matsuo (2009) relata, ainda, que entre esses vendedores ambulantes as agressões físicas ocorriam no momento do “rapa” e da fiscalização da Prefeitura. Os camelôs corriam para não ter suas mercadorias apreendidas e derrubavam quem estivesse pela frente. Deficientes físicos, idosos e mulheres grávidas eram os mais atingidos. Um vendedor de doces de 70 anos foi pisoteado após cair no chão, no momento da correria. Ficou com hematomas e dores no corpo por um longo período. Uma vendedora, grávida de sete meses, caiu ao tentar fugir e ainda foi atingida por cassetetes dos guardas municipais. Quase perdeu a criança. No confronto com a Guarda Municipal, os trabalhadores eram feridos de diversas maneiras: com estilhaços de bombas de gás lacrimogêneo; balas de borracha; cassetetes; bolinhas de gude; jatos d’água; pisadas e coices de cavalo; entre outras. As brigas acabavam em prisão para alguns camelôs. Eles recorriam ao Muca, a advogados públicos ou pessoas conhecidas para serem libertados. Ressaltavam que a prisão não era justa, pois os guardas haviam começado a agressão. Faziam questão de repetir que não eram ladrões, mas trabalhadores. Em relação à agressão física, um jovem comentou: “eles jogaram os cavalos em cima da gente. Depois bateram com cassetetes e correntes. Fomos levados para a delegacia feridos. Só depois a gente passou pelo pronto-socorro. Eu fiquei cego de um olho por causa de uma bolinha de gude atirada por um guarda” (Matsuo, 2009, p. 330).

Um vendedor de milho, que também feriu a perna na fuga da agressão dos Guardas Municipais, contou:

eu tentei fugir correndo do rapa. Estava empurrando o carrinho de milho. A roda do carrinho bateu na minha própria perna e quebrou o tornozelo. Tive que engessar a perna e continuar trabalhando com a perna machucada. Já perdi o número de vezes em que apanhei de cassetetes (Matsuo, 2009, p. 331).

A pesquisa mostra que, além da violência sofrida por ocasião da fiscalização da Prefeitura, a maioria desses trabalhadores já foi vítima de roubo ou assalto. Os ladrões costumam levar dinheiro ou mercadorias e as vítimas não registram a ocorrência, pois vendem produtos ilegais (sem pagar impostos) (Matsuo, 2009).

Outra pesquisa realizada sobre esse tema pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de São Paulo (Cerest/SP), em 1999, explicitou que a maioria dos trabalhadores informais de rua de São Paulo pagava uma pequena quantia para os fiscais, polícia ou Prefeitura. Os entrevistados afirmaram que, se esse acordo não fosse respeitado, corriam o risco de ter suas barracas apreendidas, como relata a feirante: “lá na feira tem licenciamento, a gente paga todo mês e na rua também, a gente paga para a prefeitura, todo final de semana a gente paga para eles. Se não pagar, a prefeitura vem buscar as bancas” (Salvitti, Viégas, Mortada, & Tavares, 1999, p. 12). Falou, ainda, de sua indignação com os fiscais por dificultarem o seu trabalho: “eu acho que é uma injustiça fazer isso com a gente. Muitos dependem de vender alguma coisinha para sobreviver, por causa que não acha serviço. Então é melhor você trabalhar de que ir roubar” (p. 14). Outro diz que a Prefeitura acha que eles são ladrões por colocar policiais nas ruas para não deixá-los trabalhar. Mostrou sofrer com a discriminação: “o trabalho na rua é difícil, porque é discriminado, é um trabalho ilegal, é um subemprego. Tem o lance das pessoas que maltratam, passam e xingam, falam que esses malandros deviam sair mesmo” (p. 14).

Para os entrevistados, o tratamento conferido à questão da legalização do comércio ambulante pelas últimas gestões da Prefeitura de São Paulo variou em função de concepções diferenciadas acerca da ocupação do espaço público, que envolvem desde a concessão de locais de trabalho até a construção de camelódromos ou sua proibição. Os camelôs têm resistido a sair das ruas do centro e lembram que a legislação permite o comércio ambulante em qualquer local da cidade, desde que haja uma distância mínima entre as barracas. Dizem, ainda, que caberia à Prefeitura fazer cumprir tal determinação. Esta, por sua vez, diz que as áreas destinadas ao comércio ambulante não são livres, como declaram os camelôs, mas arbitradas pela própria Prefeitura. Até o ano de 1996, a fiscalização municipal, que teria como objetivo zelar pelo espaço público e controlar o seu uso, dedicou-se a cobrar taxas dos ambulantes, cujo destino os camelôs entrevistados divergiram. Alguns demonstraram não entender o que de fato a taxa representava. Outros a relacionaram ao esquema de propinagem. Houve, ainda, quem achasse que, pagando semanalmente, estaria regularizando sua situação na Prefeitura ou, como dizem, pagando a licença, como relata uma feirante: “aí vem os fiscais, tem que regularizar, né, com a prefeitura, regularizar o ponto, direitinho. Os fiscais vêm e conversa. Eu tive de pagar” (Salvitti et al., 1999, p. 16).

Ainda de acordo com essa pesquisa, a ilegalidade da ocupação, e a fragilidade e instabilidade decorrentes da fiscalização foram características decisivas em alguns depoimentos que apontaram a ocupação atual dos entrevistados como subemprego. Do mesmo modo, a impossibilidade de gozar dos benefícios da legislação trabalhista (aposentadoria, fundo de garantia e dispensas justificadas, só para mencionar alguns) retrata a precariedade do trabalho nas ruas:

você não tem férias, não tem seguro-desemprego, não tem INSS, não tem nada. Meu pai tem sessenta e cinco anos e não tem carteira registrada, ele é camelô. Então, ele

não tem uma aposentadoria, não tem horário para acabar, não tem horário para começar, todos os dias é dia de trabalho (Salvitti et al., 1999, p.19).

A descrença no governo e certa desesperança em relação à situação econômica e social do País, conjugada com suas histórias de vida marcadas por exclusão (migração, baixa escolaridade, dificuldades de inserção no mercado de trabalho), foram elementos constantes nas entrevistas (Salvitti et al., 1999).

Em outra pesquisa, realizada em Porto Alegre, Siede (1994) mostra que o Sindicato de Ambulantes da cidade, mesmo não sendo muito representativo, transforma-se no mediador perante a Prefeitura cada vez que surgem problemas entre ambulantes ou camelôs ou quando aquela ordena algum remanejamento de bancas e pontos de trabalho. Dos entrevistados, poucos mencionaram a necessidade de enfrentar pressões dos lojistas e da Prefeitura, e, menos ainda, de o Sindicato melhorar as relações com esta. A pesquisa mostrou que 46.9% dos entrevistados declararam manter relações boas ou muito boas com a Prefeitura, 38.5% manifestaram não ter relações e 14.7% relataram que essas relações eram ruins ou muito ruins. Noutro quesito, 29.4% declararam que a Prefeitura não tinha feito nada para melhorar as condições de trabalho dos camelôs, enquanto 13.1%, ao contrário, mencionaram que ela organizara melhor os camelôs, implementando, dentre outras coisas, a padronização das bancas, e 41.3% não responderam ou declararam não saber. Para uma parte importante dos entrevistados (43.4%), a Prefeitura não consulta os camelôs antes de agir em questões que os implicam diariamente, como a organização dos espaços de maior concentração. Os que responderam que existe alguma forma de consulta representam 17.5% dos entrevistados e 39.2% disseram não saber (Siede, 1994).

Vinculado ao tema das relações entre camelôs, Sindicato e Prefeitura, Siede (1994) pesquisou a opinião dos entrevistados sobre quem deveria trazer soluções para os problemas

da categoria, obtendo que 32.2% declararam não saber ou não responderam a essa pergunta. O resto da amostra opinou da seguinte forma: para 28.0%, nem a Prefeitura nem o Sindicato deveria oferecer soluções aos seus problemas; para outros 15.4%, as duas instituições deveriam trabalhar na busca dessas soluções; 13.3% declararam que só a Prefeitura deveria agir assim; e apenas 11.2% priorizaram o Sindicato como entidade que deveria encontrar soluções para os camelôs. Observou-se, nessa pesquisa, que as medidas adotadas pela Prefeitura para disciplinamento do espaço urbano nas ruas mais transitadas e os acordos gerados por um Sindicato com escassa ou nula representatividade fizeram recair sobre o próprio camelô o ônus de obter rendas que permitam a sua subsistência e a da sua família, a despeito da permanente pressão institucional a que se encontra submetido.

Em pesquisa realizada em Brasília, Sasaki (2009) obteve que a ideia de associação para defesa de interesses surge nos relatos dos trabalhadores sobre a manutenção da atividade nos moldes em que se estrutura na rua: “certa vez inventaram até de fazer uma associação, mas não deu muito certo. Era dos autônomos. Foi no tempo em que a fiscalização começou a mexer com o pessoal” (p. 86).

O enfrentamento dos órgãos de fiscalização suscita o temor da apreensão do material de trabalho ou de mercadorias daqueles que trabalham na rua. O relato de um feirante evidencia sua fragilidade e as alternativas adotadas para diminuir o prejuízo, assim, “se a fiscalização chegar a pegar, não leva todas. Porque se colocar o que tem na minha casa posso fechar o meu estabelecimento” (Sasaki, 2009, p. 86). O esforço do governo local para a regulação das atividades informais de vendas nas ruas, inclusive com a intensificação da fiscalização, tem passado a ideia de obrigatoriedade de filiação à Previdência Social como forma de trabalhar na legalidade: “cada vez que a gente via um fiscal aqui, a gente ficava assustada. Agora vou ter que pagar INSS para continuar trabalhando” (p. 98). Trabalhar na

rua gera desconfiança na clientela e no governo, fala comum entre os entrevistados: “estou servindo as pessoas com dignidade, trabalhando. O governo não vê esse lado. Eles acham porque nós estamos no meio duma entrequadra, nós estamos fazendo algum outro tipo de coisa, e não trabalhando” (p. 101).

Em outra pesquisa, também realizada no Distrito Federal, Oliveira (2011) apresenta que aproximadamente 82% dos participantes da pesquisa desconhecem os programas do governo de auxílio a pequenos negócios. E aproximadamente 98% da amostra não considera que dispõe de qualquer assistência do governo. A insatisfação é grande quanto à qualidade dos serviços públicos oferecidos à população para 95% dos entrevistados, e 96% acreditam que existe corrupção nos órgãos de fiscalização. Destaca-se o fato de 97% dos entrevistados considerarem que as políticas do governo relacionadas à contenção da informalidade se baseiam na repressão e não na educação, mostrando que consideram que o governo se preocupa mais em punir que educar sobre a regularização do negócio. Novamente se evidencia que a percepção de apoio do governo é baixa, pois a grande maioria (aproximadamente 72%) considera que o governo não tenta ajudar os pequenos negócios. A percepção dos trabalhadores informais em relação às ações governamentais é ruim, pois a maioria não acha que o governo tenta ajudá-los e quase 100% consideram que o governo prioriza a punição à educação (Oliveira, 2011).

Em todas as pesquisas citadas é possível perceber as queixas dos trabalhadores sobre a repressão sofrida pelos órgãos governamentais, tanto na abordagem do trabalho na rua quanto na apreensão das mercadorias ou material de trabalho, que reforça o estereótipo de marginalidade e de ilegalidade criado em torno da figura do trabalhador informal. São trabalhadores submetidos a um conjunto de regras e comportamentos ditados pelo Poder Público, cujos relatos mostraram que não são livres para controlar e definir a mercadoria com

a qual trabalham, o seu horário e o espaço que vão ocupar. Restou explicada, dessa maneira, a eleição dos conflitos com o Poder Público como um dos principais problemas enfrentados por esses trabalhadores.

## **2 Políticas Públicas**

Segundo Souza (2006), as definições de políticas públicas guiam o olhar dos estudiosos para o lócus onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem – a instância governamental. O autor resume política pública como:

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. As políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (p. 26).

Debates sobre políticas públicas se propõem a responder à questão sobre o papel que cabe aos governos na sua definição e implementação. No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem a existência de autonomia relativa do Estado, o que faz com que disponha de espaço próprio de atuação, embora vulnerável a influências externas e internas. Essa autonomia resulta em capacidades que geram as condições para a implementação de políticas públicas (Souza, 2006).

### **2.1 Políticas Públicas e Trabalho Informal**

Os direitos sociais se tornaram mais notórios a partir do século XIX, por ocasião da

implantação de iniciativas políticas objetivando assegurar justiça acessível à população, tendo-se a igualdade como princípio de justiça social e embasando-se na certeza de que o reconhecimento formal da igualdade de direitos não era o bastante para a sua concretização. Assim, o ano de 1923 é apontado como o marco da instituição da previdência social no Brasil, quando foram elaboradas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (Caps), que forçavam as companhias ferroviárias a gerar uma espécie de fundo de aposentadorias e pensões para os seus funcionários. Em 1926, o regime previdenciário foi ampliado para outras classes profissionais, como marinheiros e portuários. Na década de 1930, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (Iaps), quando a previdência social passou a abarcar toda uma categoria, e não mais uma empresa singular, ampliando-se para o Brasil inteiro; a partir daquele instante, o Estado teria que intervir na previdência social. Nas décadas de 1930 e 1940, o corporativismo do Estado definiu um abrangente código de leis do trabalho, que referenciou o mercado de trabalho durante um século (Faoro, 1995).

Ainda no século XIX criou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), unificando-se todas as instituições previdenciárias - iniciativa do Estado para regulamentar o sistema previdenciário. A partir de então, as definições de formalidade e informalidade foram, aos poucos, sendo elaboradas. A expansão do sistema previdenciário seguiu uma regra fundamental: só seriam beneficiários desse direito social os trabalhadores formais. Essa medida evidenciava o modelo excludente da previdência, já que permaneceram “desassistidos de qualquer atenção pública, tanto os trabalhadores rurais, quanto, na área urbana, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos. Muito embora já constituíssem parcela considerável da população economicamente ativa” (Santos, 1994, p. 31).

Em 1940, a necessidade de trabalhadores mais qualificados para abarcar as determinações da industrialização brasileira favoreceu a implantação da política de

qualificação profissional. Ainda nessa década foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), duas das nove entidades paraestatais de interesses das várias categorias produtivas que compõem o “Sistema S”, constituindo o primeiro movimento rumo à formação de trabalhadores especializados para atender à demanda por mão de obra qualificada. Desde então, esse sistema se apresenta como um dos mais importantes meios de formação profissional qualificada, que atua em parceria com as escolas técnicas ligadas ao sistema educacional formal (Azeredo, 1998). No decorrer dos anos, a política de qualificação profissional tem apresentado alterações. No início do século seguinte foi implantado o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), inaugurando uma nova metodologia, aumentando a carga horária e definindo uma carga horária mínima e assuntos pedagógicos precisos. Assim, começou a existir a atenção voltada para a certificação profissional, objetivando a absorção de toda a experiência do trabalhador nas suas mais variadas funções, no sentido de se reconhecer formalmente suas aptidões e possibilitar sua associação à educação formal (Fidalgo & Fidalgo, 2005).

De acordo com Theodoro (2000), na década de 1970 não existiam políticas direcionadas objetivamente ao trabalho informal devido à crença de que o crescimento econômico o faria desaparecer. Entretanto, o serviço de intermediação de mão de obra foi instituído no Brasil em 1975, com a implantação do Sistema Nacional de Emprego (Sine), voltado para o público desempregado. A implantação do Sine objetivava atender aos grupos com menor qualificação e melhorar as informações sobre o mercado de trabalho, no intuito de contribuir com as políticas de mão de obra. A coordenação do Sine é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas a operacionalização das suas atividades sempre foi realizada de maneira descentralizada pelos governos estaduais por meio de

convênios anuais estabelecidos entre as instâncias (Cacciamali, Silva, & Matos, 1998). Com o aumento do desemprego em 1980 e a implantação de novos programas voltados ao mercado de trabalho, o Sine aumentou a quantidade de postos de atendimento e as ações de intermediação de mão de obra começaram a ser implementadas também por agências não governamentais, principalmente pelas Centrais Sindicais (Moretto, 2007).

Os trabalhadores mais experientes e com maior qualificação têm mais chances de conseguir emprego no setor formal. Dessa forma, as ações do Sine podem exercer função de destaque na diminuição da informalidade e no enfrentamento à discriminação no mercado de trabalho, tanto mediante a intermediação de mão de obra, quanto a oferta de informação e orientação profissional ao trabalhador. A eficiência das atividades do Sine resulta em grande parte da efetividade da política de qualificação social e profissional em responder às necessidades percebidas pelo serviço de emprego de maneira articulada. Do mesmo jeito, a capacidade de acompanhar o trabalhador desempregado beneficiário do seguro-desemprego e contribuir para a sua inserção em um novo emprego influencia na ampliação da abrangência do seguro, diminuindo a incidência de fraudes e a informalidade das relações de trabalho. Além de promover a melhoria das atividades voltadas para o mercado de trabalho assalariado, o Sine pode realizar parcerias com as instituições responsáveis pela operacionalização dos programas economia solidária e de geração de emprego e renda. Nessa perspectiva, o Sine exerce uma função importante no âmbito das políticas de mercado de trabalho, como seu polo articulador, desde que essas políticas estejam integradas entre si, para complementar suas atividades (Moretto, 2010).

A década de 1980 anunciou a emergência de um novo perfil de política: reconhecia que o trabalho informal merecia respostas objetivas por parte do Poder Público sem que este tivesse, no entanto, a pretensão de formalizá-lo. Considerava os trabalhadores autônomos

merecedores de apoio institucional que os incluísse como contribuintes. À época, o surgimento do desemprego aberto como problema relevante do mercado de trabalho brasileiro suscitou a criação do seguro-desemprego, em 1986, uma das mais importantes políticas de mercado de trabalho implantadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Sua atuação - muito tímida nos primeiros anos - somente ganhou relevância depois da constituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A meta mais importante do seguro é a assistência financeira temporária aos desempregados: o trabalhador com registro em carteira tem direito a receber indenizações quando dispensado sem justa causa. Os trabalhadores do mercado informal não recebem essas indenizações, tampouco se beneficiam do seguro-desemprego, que abarca uma parte limitada de trabalhadores, os que possuem registro em carteira. Atualmente, há outros modelos de seguro-desemprego que objetivam atender a casos específicos de trabalhadores não inseridos em um contexto de trabalho assalariado, ou que vivenciem condições especiais, a exemplo do pescador artesanal; do trabalhador assalariado com contrato de trabalho suspenso nos termos da lei; do trabalhador doméstico; e do trabalhador retirado do contexto de trabalho escravo (Moretto, 2010).

Nessa perspectiva, muitos críticos apoiam a alteração do programa para atender a todos os trabalhadores do segmento informal, os mais vulneráveis e desprotegidos em relação à renda. No espaço urbano, esses trabalhadores seguem duas direções: investem em atividades provisórias, não organizadas, em geral, serviços de baixos reparos para pessoas e famílias, ou no comércio ambulante, em seus muitos formatos, por intermédio das quais se inserem no mercado de trabalho de forma precária; aceitam um emprego assalariado sem registro em carteira, com acesso limitado à proteção social (Moretto, 2010).

As políticas públicas que oferecem microcrédito para trabalhadores também tiveram origem na década de 1980. Desde então, agências governamentais têm multiplicado a oferta

de créditos para os empreendedores informais (Aguiar, Salomão, & Pereira, 2005). A implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), em 1994, foi mais uma alternativa voltada para o enfrentamento do desemprego. O Proger disponibiliza crédito para micro e pequenas empresas, cooperativas e modelos associativos de produção, e iniciativas de produção do trabalho informal, geralmente com restrito ou nulo acesso a crédito para a geração de emprego e renda. Esse crédito é ofertado por intermédio das instituições públicas de crédito (Moretto, Gimenez, & Proni, 2003). Vale ressaltar que o número de operações de crédito é pequeno, fato justificado pelos obstáculos que as instituições financeiras colocam no processo de liberação dos empréstimos. Objetivando-se promover mudanças nessa realidade criou-se, no ano de 1999, o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger), destinado a assegurar parte dos riscos. Essa medida produziu resultado positivo em relação à expansão dos créditos, mas a decisão final sobre o aval dos empréstimos continua sendo das instituições financeiras. Em paralelo ao Proger, foram implantados outros programas destinados à geração de emprego e renda financiados pelo FAT: o FAT Empreendedor Popular como parte do Proger Urbano (2002), objetivando a abrangência dos financiamentos dos pequenos empreendimentos; o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (2004), na área do Ministério do Trabalho e Emprego. Prepondera a participação das pequenas empresas formais nesses financiamentos sobre a dos trabalhadores autônomos e das cooperativas (Cardoso, 2006).

O Proger conta, ainda, com um modelo de financiamento da atividade agrícola, com predominância do Proger Rural e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no número total de empréstimos. Em consideráveis vezes, isso acontece como consequência das dificuldades e resistência dos agentes financeiros para se enquadrar

na demanda dos pequenos negócios urbanos e do menor ganho que essa modalidade de negócio produz para os bancos (Moretto, 2001).

Ainda como forma de mudar a realidade de exclusão do mercado de trabalho dos trabalhadores com pouca qualificação e experiência surgiu a política de economia solidária. Assim como a política de geração de emprego e renda, a economia solidária objetiva proporcionar condições a esses trabalhadores para obter alguma renda por meio de atuação coletiva direcionada para a geração de bens ou a viabilidade de serviços às famílias e empresas, principalmente com o trabalho associativo (Cruz, 2002).

Nesse sentido, apontam-se, também, as Organizações Econômico-Populares (Oeps), muito presentes, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. Essas organizações se diferenciam das microempresas pela ausência de investimento em capital, pois utilizam apenas a força de trabalho dos seus integrantes em modelos alternativos de produção. Manifestam-se no âmbito popular e desempenham atividades associativas, estruturadas com base em metas, decisões e programas estabelecidos com a finalidade de alterar quadros de carências e necessidades iminentes (Razeto, 1997). Os empreendimentos autogestionários, que surgem a partir da finalização das atividades de pequenas e médias empresas, que passam para o controle dos trabalhadores, se configuram como outras ações relacionadas à economia solidária. Segundo Bocayuva (1997), a economia solidária pode representar a geração de políticas e ações públicas que viabilizem a relação entre elementos da economia popular e elementos da economia competitiva. O autor vislumbra a formação de uma esfera pública de desenvolvimento local que viabilize a conexão entre o comércio informal e o serviço público de emprego, objetivando a geração de novas formas de crescimento econômico local e regional e sua vinculação com as políticas e mercados nacionais.

Singer (1996) reforça o potencial do Poder Público municipal, dos sindicatos e dos movimentos populares de proporcionar o suporte e o financiamento fundamentais para que esses projetos sejam concretizados, estimulando a geração de entidades colaboradoras como o Banco do Povo, que viabilizaria o acesso ao crédito. Além dessas iniciativas, também acontece com frequência a implantação de Incubadoras de Cooperativas Municipais, Centros Públicos de Geração de Trabalho e Renda, o estabelecimento de convênios com universidades para o desenvolvimento de projetos de capacitação e incubação, a geração de consórcios intermunicipais para criação de projetos, o estímulo ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), o fortalecimento de cadeias produtivas, entre outras.

Em 2006 foi implementada a nova institucionalidade, que surgiu no Segundo Congresso do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), quando se concluiu que o sistema necessita ir além de seu papel habitual para atender às particularidades dos arranjos dos modelos de trabalho existentes no Brasil. Esse novo sistema permite que as políticas de trabalho e renda apoiem as atividades direcionadas para a proteção e inclusão social implantadas mediante as políticas sociais. Para a formação da matriz institucional do SPETR, alguns aspectos devem ser frisados, pois direcionam para o embate da informalidade: o SPETR será de acesso universal aos cidadãos em idade ativa, com destaque para o apoio aos trabalhadores que se encontrem em maior vulnerabilidade em relação ao trabalho; as políticas referentes ao sistema são a intermediação de emprego e trabalho, a qualificação social e profissional, a certificação profissional, a orientação profissional e o auxílio ao desenvolvimento de ações empreendedoras de pequeno porte, individuais e coletivas; as atividades relacionadas ao SPETR integrarão as diversas políticas voltadas ao trabalho, necessitando da ação dos integrantes no mesmo ambiente territorial de modo a impedir a superposição de seus instrumentos; o modelo institucional do SPETR deverá ponderar as

circunstâncias e particularidades locais e regionais; o SPETR deverá construir relações com as políticas de desenvolvimento e sociais, em particular com aquelas direcionadas para a melhoria no nível de escolaridade e o enfrentamento à pobreza (Moretto, 2010).

Diante das políticas públicas voltadas para o trabalho informal no Brasil, Sousa (2009) discute as estratégias governamentais para apoiar o trabalho informal que têm dado ênfase a uma perspectiva regulatória, muitas vezes, sem distinguir os contextos e as características vinculadas à informalidade. Disso resultam políticas, que muitas vezes, priorizam a formalização como forma de incluir os informais no processo de modernização, justificadas por argumentos como a facilidade de acesso ao crédito e a oportunidade de criação de maior interação com os setores organizados que proporcionam, o que expandiria o mercado. A formalização objetiva também amplia a base tributária, diminui a evasão e combate a ilegalidade. Por outro lado, formalizar exige o exercício de práticas comerciais pautadas numa racionalidade econômica de caráter mais técnico, além do estabelecimento de relações trabalhistas impessoais próprias do ordenamento jurídico das empresas. Essas implicações tornam insuficientes as políticas públicas focadas na formalização. Para alguns setores, a formalização pouco contribui para o progresso do negócio e, em razão da transformação cultural requerida dos informais para que sejam integrados ao universo dos formais, ações de capacitação, assessoria e, sobretudo, a adoção de uma visão compartilhada na formulação e execução das políticas públicas são indispensáveis para que os benefícios da formalização alcancem de fato as pessoas e atividades do trabalho informal.

Como já citado anteriormente, esses segmentos de trabalho informal contam com crédito subsidiado, investimentos em capital fixo custeados por governos, e programas de capacitação e treinamento que visam dotar os informais das técnicas e lógicas que permeiam a empresa formal. Assim, apesar das ações voltadas para esse modelo de trabalho, objetiva-se

ainda, a adoção de uma postura mais crítica frente à essa realidade que conduz, via política de emprego, a ações mais focalizadas e de maior efetividade no tocante à melhoria do bem-estar dos integrantes do mercado de trabalho, independentemente de onde estejam alocados (Sousa, 2009)

Itikawa (2006) discute sobre o comércio do trabalho informal nas ruas e ressalta que as políticas públicas voltadas para esse tipo de comércio devem ser divididas em três vertentes: desenvolvimento econômico, desenho urbano e regulamentação da atividade. Por desenvolvimento econômico o autor entende que a cidade deve encontrar uma forma de reconhecer o trabalho informal como atividade econômica e dele extrair dividendos para si mediante arrecadação. Deve considerá-lo, também, um meio de inclusão, garantindo aos trabalhadores direitos e acesso às infraestruturas urbanas. Sobre a distribuição espacial da atividade, ele acredita que a concentração do comércio informal pode ser sinal de uma vitalidade comercial não devidamente aproveitada e que os comerciantes de rua podem vitalizar espaços públicos.

No Brasil, entre as razões que contribuem para a inoperância das políticas urbanas direcionadas ao trabalho informal está, em primeiro lugar, sua formulação distanciada da realidade urbana. O desconhecimento da complexidade e heterogeneidade do trabalho informal e, particularmente, de como se manifesta sob a forma de comércio de rua é determinante para a inoperância das políticas. É mais frequente, contudo, a omissão do Poder Público em relação à atividade, talvez pela absoluta incapacidade de encarar a informalidade nas ruas como parte integrante e permanente das contradições metropolitanas contemporâneas. Em segundo lugar, a não aplicação integral da legislação também contribui para a desmoralização da lei como instrumento disciplinador da atividade. Pode-se atribuir essa utilização arbitrária principalmente à subordinação do Estado às pressões para a

expulsão dos trabalhadores dos espaços públicos e, em parte, à fragmentação e desarticulação das associações que representam a categoria. A combinação entre legislação urbanística e mercado imobiliário exclui grande parcela da população do direito à cidade. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para o trabalho informal são passíveis de julgamentos variados. Para alguns, essas políticas são paliativos utilizados para gerar dividendos políticos. Para outros, são compensações ineficazes diante da tendência crescente de expulsão dos trabalhadores do trabalho regulamentado. Há, ainda, os que consideram que o caminho correto é criar condições propícias para o emprego formal, integrando e não subsidiando os que estão fora dele. Entretanto, parece razoável aceitar que os governos não devem renunciar à prerrogativa de acionar mecanismos para fortalecer as atividades que significam a sobrevivência de uma parcela considerável de trabalhadores brasileiros (Itikawa, 2006).

O aumento da flexibilidade no trabalho ocorre em todo o mundo capitalista. Subcontratação, emprego temporário e trabalho informal refletem as mudanças na composição da classe trabalhadora global, repercutindo também na formação da consciência e da ação política. Constatações como essa mobilizam governos e segmentos sociais variados, preocupados com os trabalhadores, especialmente os que recorrem ao trabalho informal para sobreviver, alternativa há muito estudada por pesquisadores e instituições interessadas em subsidiar políticas públicas voltadas para a economia informal (Moretto & Pochmann, 2004).

Assim, mesmo com dificuldades e falhas, as políticas de emprego e renda, junto com outras políticas públicas, atuam na tentativa de otimizar o ajuste entre oferta e demanda de mão de obra, de forma a reduzir o número de trabalhadores em busca de inserção ocupacional dada a demanda existente. As políticas que visam ampliar a escolaridade da população jovem de famílias de baixa renda têm efeito positivo ao reduzir a taxa de participação da população mais jovem nas ocupações informais, retardando sua entrada no mercado de trabalho. Isso é

benéfico tanto pelo fato de retirar a pressão sobre o mercado de trabalho, quanto de preparar melhor o jovem para o aprendizado de uma ocupação, facilitando as ações da qualificação profissional. As políticas de geração de emprego e renda também se voltam, principalmente, ao trabalho informal, fomentando as atividades por conta-própria, associativas ou cooperativas, que possibilitem àqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho organizado uma alternativa de sobrevivência. Nesse segmento, pode-se afirmar que as políticas de emprego e renda são determinantes importantes da informalidade, sendo que a grande desigualdade de renda e de poder está correlacionada à informalidade e, conseqüentemente, associado a instituições ineficientes e à captura do Estado pelas elites e os segmentos organizados da classe média (Moretto, 2010).

É importante enfatizar que o modelo de Estado consiste numa proposta política em seu sentido mais amplo, englobando não apenas diretrizes administrativas e econômicas, mas também, e sobretudo, uma concepção a respeito da própria organização social. Os elementos como reestruturação produtiva, desemprego estrutural, novo perfil do trabalhador e globalização se manifestam por meio dos discursos e da prática política e fazem do trabalho, mesclado aos conceitos de emprego e ocupação, um elemento válido e recorrente tanto do discurso político, quanto do discurso cotidiano ou ordinário. Isto remete ao fato de que trabalho, emprego e ocupação como objetos de discurso não estão restritos às organizações e ambientes de trabalho, mas estendem-se à esfera pública. Assim, percebe-se a reprodução das relações sociais em sua forma tradicional, como as entre patrão e empregado, trabalhador e Estado (Castel, 2008).

### 3 As Feiras e suas (Re) Configurações no Tempo

No Brasil, os primeiros registros de feiras datam do período colonial, no Rio de Janeiro. As mercadorias chegavam de navio e eram comercializadas informalmente na Praça XV. Apenas no século XVIII, a situação das feiras nas ruas da cidade foi oficializada. A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas, está presente na maioria das cidades brasileiras e desempenha, ainda hoje, papel relativamente importante no abastecimento urbano. Realizadas taticamente em entrepostos comerciais, as feiras eram pontos de encontro. Como lugar do vivido, e campo do possível, a feira livre tem origem no contexto da modernidade urbana da virada do século XIX para o século XX. Progressivamente, as feiras se tornaram territorialidades populares. Territórios formatados pelos setores hegemônicos que, por aglomerar multidões, resultaram em expressivos espaços de sociabilidade (Mascarenhas, 2008).

Enquanto espaço da vida cotidiana, a feira livre viu sua sobrevivência ameaçada, sobretudo a partir da década de 1960, quando o automóvel invadiu as ruas, rejeitando-a e outras formas de apropriação coletiva das vias públicas. O mesmo automóvel que propiciou ampla mobilidade intraurbana promoveu o surgimento e a expansão do moderno varejo (supermercados e *shoppings centers*). Mas a reprodução social da cidade requer a disponibilização de lugares para os trabalhadores desse segmento realizarem sua sobrevivência material cotidiana, bem como de espaços de sociabilidade para além do confinamento confortável das modernas opções de consumo. Por isso, as feiras resistem na paisagem urbana contemporânea: grosso modo, pode-se dizer que, por um lado, há os que

precisam sobreviver materialmente, e, por outro, aqueles que, resolvida a questão material, zelam pela sobrevivência sociocultural. Atualmente a feira recebe o tratamento de anacrônica, atrasada e inadequada, pois não acompanhou o ritmo frenético da modernização, tornando-se quase uma gota cristalizada no tempo corrido do progresso (Mascarenhas, 2008).

Para Santos (2004), o processo de urbanização dos países subdesenvolvidos caracteriza-se pela divisão do espaço urbano em dois circuitos econômicos: o circuito superior, que engloba as atividades econômicas, ditas modernas, voltadas para a acumulação de capital, como os grandes conglomerados orientados pela economia global; incorpora tecnologia de ponta; emprega trabalhadores com nível de escolarização/qualificação mais elevado; e cujas atividades de comércio voltam-se para segmentos das classes média e alta; e o circuito inferior, de atividade orientada, prioritariamente, para as camadas médias e populares da população e economia locais; constituindo trabalho intensivo utilizando tecnologia pouco sofisticada; cujos vínculos são precários em termos de proteção social. Por ser hegemônico, o circuito superior da economia orienta as regras para o funcionamento do circuito inferior.

Muito embora haja distinções significativas entre os dois circuitos, suas atividades convivem e se influenciam mutuamente. A feira livre é característica de atividades situadas no circuito inferior e tem como fregueses pessoas dos estratos sociais populares, médios e altos. O espaço urbano é permeado pelo trânsito entre as atividades dos dois circuitos da economia. Esses aspectos possibilitam situar os processos que cotidianamente organizam e fazem a feira livre (Santos, 2004). Assim, compreendem-se essas organizações como fluxos de ações e significados. Parte-se do pressuposto de que tais processos encontram a sua racionalidade interna e singular nos métodos práticos, criados, apropriados e partilhados pelas pessoas envolvidas, fazendo das feiras livres, no caso, realidades organizadas (Sato, 2002).

O comércio de feira ainda se constitui como atividade de importância central na vida de muitos brasileiros. No Brasil, parte significativa da população cultiva o hábito de fazer compras semanais em feiras livres. Embora se trate de atividade com origem anterior ao capitalismo moderno, esse tipo de comércio está hoje acoplado a sua dinâmica contemporânea. Os feirantes incorporam, de modo peculiar, a sua condição de classe, e as consequências dessas mutações sistêmicas no mundo e no Brasil no seu cotidiano de vida e trabalho (Souza, 2010).

### **3.1 Feira José Avelino: Formação e Estratégias de Permanência**

No centro de Fortaleza existem dois locais que são polos significativos de trabalho informal - A Feira José Avelino e o Beco da Poeira -, que, ao longo do tempo, vêm se consolidando e apresentando dinâmica e características singulares, geradoras de discussões nos vários setores sociais. A Feira José Avelino, anteriormente denominada de Feira da Sé, teve início em um pequeno aglomerado de artesãos cearenses que comercializavam sua produção nas proximidades do Mercado Central e em frente à Catedral de Fortaleza. Essa Feira modificou-se, atraindo produtores e revendedores de produtos artesanais e industriais, regionais e nacionais, alcançando grandes proporções e transformando-se em referência nacional no comércio de confecção. Nas madrugadas das quartas-feiras para as quintas-feiras e dos domingos para as segundas-feiras, na Praça Pedro II, espaço de lazer e circulação, acontecia a Feira da Sé (atual Feira José Avelino). Os camelôs expunham suas mercadorias, de formas improvisadas, em lonas no chão ou em porta-malas de carros, muitas vezes ocupando espaços que se estendiam até as vias de circulação de pessoas e veículos, impedindo-as, o que gerava protestos, devido aos transtornos que ocasionavam na área. Os conflitos dos comerciantes da Feira da Sé com o Poder Público para permanecer no Centro intensificaram-se com o passar dos anos (Santos et al., 2011).

Várias reuniões ocorreram para se resolver a situação, que só se agravava, pois o Poder Público insistia na retirada dos ambulantes da Praça da Sé, que não aceitavam sua remoção para outro local. As propostas apresentadas pela Prefeitura não consideravam o Centro um local adequado para a localização da Feira, mas fracassaram suas inúmeras tentativas de retirá-los da área central da cidade. Posteriormente, nova proposta foi apresentada, feita com a indicação do Feira Center, em Maracanaú, como o local para a realização da Feira, que contou com projeto elaborado pelo prefeito do município. Terminado o prazo para que os ambulantes saíssem da Praça Pedro II, essa última proposta foi considerada como a solução para os embates entre esses e o Poder Público, e assim, a primeira Feira nesse município ocorreu em maio de 2009. Muitos ambulantes resistiram e continuaram no local, e os que foram para Maracanaú acabaram voltando e se instalando novamente no centro da cidade, mais especificamente na Rua José Avelino. Atualmente a Feira ocorre com os feirantes trabalhando tanto nos galpões da José Avelino como também fora deles, na rua, em condições de trabalho ainda muito precárias (Santos et al., 2011).

Segundo o presidente da Associação dos Feirantes Autônomos de Fortaleza, Francisco Bismark L. Souza, a feira gera em torno de cinquenta mil empregos diretos e indiretos. Mais de 90% dos produtos comercializados no local é confecção, confirmando Fortaleza como polo têxtil. A maioria dos seus compradores é dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco, embora mereça registro a presença de pessoas de localidades como Guiana Francesa e Cabo Verde, na África, na lista de clientes. A Feira também exerceu forte influência na instalação de outros equipamentos voltados para a venda de confecções nas proximidades da Catedral. Sua consolidação oportunizou o surgimento de lojas populares, o que se reconhece como atividade formal resultante de outra informal, confirmando a influência e dinamismo da Feira, que modifica o espaço urbano naquela área. Alguns de seus

trabalhadores tornaram-se pequenos empresários, proprietários de lojas nos pequenos *shoppings* que se instalaram no local. Contudo, muitos entre eles não abdicaram de continuar na José Avelino, em galpões ou mesmo na rua, relutando em abandonar a informalidade, sob o argumento de se tratar de mercado mais lucrativo. A área em questão, por conseguinte, reúne as formas de atividade formal, semiformal e informal (Santos et al., 2011).

As especificidades da Feira José Avelino garantem aos estudiosos material abundante acerca das transformações que produz no espaço urbano do centro de Fortaleza, como também dos atores sociais que integram sua dinâmica. Essa feira se destaca, na atualidade, como a maior geradora de emprego informal do estado do Ceará, maior feira ao ar livre de confecções do estado e uma das maiores do Nordeste, com uma média de oito mil vendedores, atraindo vários ônibus abarrotados de pessoas de diferentes localidades. A feira chega a receber, na alta estação, até 20.000 pessoas, provenientes de vários estados do País, assim como do próprio interior do Ceará e de Fortaleza, em apenas um dia (Lavor, 2010).

Os dois maiores polos de informalidade em Fortaleza (Feira José Avelino e Beco da Poeira) estão intimamente ligados; muitos vendedores da José Avelino possuem bancas de vendas no Centro de Pequenos Negócios (CPN), denominação oficial do Beco da Poeira, inaugurado em 1989, após a Prefeitura Municipal de Fortaleza ceder um terreno entre a Praça da Lagoinha e a Praça José de Alencar para a Associação de Vendedores Autônomos do Estado do Ceará (Aprovace). A estrutura do local era deteriorada e, embora os permissionários possuíssem certa organização, os problemas eram muitos. A transferência do local, que ocorreu sob seus protestos, foi feita para a antiga fábrica Tomaz Pompeu, na Avenida do Imperador, nova opção apresentada pela Prefeitura. A retirada dos comerciantes do Beco da Poeira começou no dia 11 de abril de 2010 (Brandão, 2012).

Segundo o representante da Aprovace, Adriano Bento, hoje, os próprios ambulantes identificam a existência de três polos do Beco da Poeira, um dos quais a Prefeitura Municipal de Fortaleza oficializou e que se encontra na antiga fábrica Tomaz Pompeu. Outro é o “Esqueleto”, equipamento inicialmente construído para abrigar o Beco, desapropriado pela Prefeitura e recentemente ocupado por uma significativa quantidade de vendedores ambulantes, que se identificam como Beco da Poeira. O terceiro polo é constituído pelos vendedores ambulantes que se instalaram nas proximidades da construção da estação do Metrofor (antigo Beco da Poeira) e que também se identificam como Beco da Poeira. Essa realidade permite visualizar que o comércio informal em Fortaleza tem crescido vertiginosamente (Santos et al., 2011).

Essas feiras - José Avelino, Beco da Poeira, e até mesmo as de menor porte - geram renda para muitos trabalhadores informais. O número de comerciantes por feira é variável, porquanto, além dos feirantes ambulantes, existem nesse contexto muitos trabalhadores que vivem da oferta de pequenos serviços (carregadores, vendedores de lanches e refrigerantes, vendedores de rifa, trocadores de dinheiro para os feirantes, entre outros). Mas, apesar de sua grande importância para o fomento da economia local, acabam por ocasionar alguns problemas para a cidade, principalmente no que diz respeito à mobilidade urbana, cuja resolução é hoje um dos grandes desafios para o Poder Público municipal (Sercefór, 2011).

Nesse contexto, o Poder Público de Fortaleza vem trabalhando, ao longo dos anos, no sentido de tentar formalizar esse modelo de trabalho no Centro, o que gerou inúmeros conflitos, cuja repercussão e de sua dinâmica está sempre sendo tratada pela mídia, que instiga ainda mais as discussões a seu respeito na sociedade em geral (Santos et al., 2011).

No ano de 2012, em acordo com a Prefeitura, ficou estabelecido que os feirantes teriam que se organizar e ocupar somente a Rua José Avelino, sem atrapalhar o trânsito da

área. Em troca, a Secretaria Executiva Regional do Centro (Sercefor) apelaria à Justiça em favor da sua permanência na via até o fim de dezembro desse mesmo ano. Segundo Luciana Freire Castelo Branco, que na ocasião exercia o papel de secretária-executiva do Centro, ficou acertado que os ambulantes deveriam se organizar em barracas menores, de um metro e meio de frente e um metro de fundo. A feira seria realizada em três dias da semana. Nos outros quatro dias, a Rua José Avelino deveria ser completamente desocupada. A ação foi baseada na ordem judicial expedida no último dia 27 de junho de 2012, depois de acordo entre Prefeitura e Ministério Público. A decisão da Justiça determinou a desocupação total tanto da Rua Alberto Nepomuceno quanto da Rua José Avelino (Brandão, 2012).

No primeiro mês de 2013 já foi possível averiguar que a ordem judicial em comento não fora cumprida e sem promessas ou prazos terminou a primeira reunião entre a nova gestão do Centro de Fortaleza e os feirantes da Rua José Avelino, no dia 7 de janeiro de 2013. De acordo com o novo titular da Secretaria Executiva Regional do Centro (Sercefor), Régis Dias, a conversa realizada serviu apenas para aproximar ambulantes e Prefeitura, mas nada de concreto foi apresentado para acabar com o problema da ocupação indevida das calçadas e das vias próximas à Catedral Metropolitana de Fortaleza. Os feirantes apresentaram um documento de reivindicações e expuseram sugestões. A Prefeitura se comprometeu a estudá-las e a manter o diálogo aberto (Brandão, 2013).

Em 3 de fevereiro de 2013 ocorreu mais uma tentativa de se disciplinar o comércio no entorno da Catedral Metropolitana de Fortaleza, no Bairro Centro. Nesse dia a Feira da Rua José Avelino passou a ter nova restrição de horário e de área de funcionamento. Desde então, o comércio ambulante no local deve ocorrer das 19 horas da quarta-feira às 7 horas de quinta-feira e das 19 horas do sábado às 7 horas do domingo, e ficar restrito à Travessa Icó, à Rua José Avelino e ao estacionamento embaixo do viaduto da Avenida Leste-Oeste. Assim, no

sábado, dia 2 de fevereiro de 2013, guardas e agentes de trânsito organizaram a instalação das bancas e garantiram o desbloqueio de vias em que não é permitida a realização da Feira. O então secretário executivo regional do Centro (Sercefór), Régis Dias, explicou, no mesmo dia, em uma entrevista concedida ao Jornal O Povo, que o diálogo continua em busca de uma solução definitiva para realocar os feirantes em um local com estrutura adequada. Segundo ele, já existem opções sendo trabalhadas (Anjos, 2013).

A Figura 1, na sequência, apresenta os locais permitidos e irregulares onde é realizada a Feira José Avelino:



**FIGURA 1**

Locais permitidos e irregulares onde é realizada a Feira José Avelino. Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (2014)

No dia 10 de abril de 2014 foi realizada uma nova ação da Prefeitura de Fortaleza para remover ambulantes irregulares no entorno da Feira da Rua José Avelino, que mais uma vez resultou em conflito. Feirantes fecharam o tráfego da Rua Sobral. Alguns deles atiraram pedras no reboque a serviço da Prefeitura. Um homem não identificado jogou uma garrafa com álcool e ateou fogo no motorista do veículo, que foi levado ao Centro de Tratamento de Queimados (CTQ) do Instituto Doutor José Frota (IJF) com 15% do corpo queimado e lesões de segundo grau, principalmente nas pernas. O conflito começou quando agentes da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), a Polícia Militar (PM), incluindo a Ronda de Ações Ostensivas e Intensivas (Raio), e a Guarda Municipal realizaram uma ação de apreensão de mercadorias comercializadas em locais não permitidos. A Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania (AMC) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) também fiscalizaram o local e rebocaram veículos parados na Rua Governador Sampaio, que passou a ter estacionamento proibido na mesma semana. A Polícia chegou a atirar balas de borracha para dispersar os manifestantes. Na confusão, um ambulante foi atingido na barriga e, segundo ele, muita gente ficou machucada (Ribeiro & Bezerra, 2014).

Ainda no dia 10 de abril de 2014, em entrevista concedida ao Jornal Diário do Nordeste, Ricardo Sales, atual secretário executivo da Regional do Centro de Fortaleza (Sercefór) desde janeiro do corrente ano, afirmou que esse tipo de ação deverá acontecer com regularidade, em intervalos de tempo, pois não pode um grupo de pessoas ocupar o espaço de toda a população. Para ele, apesar do uso da força, o conflito foi resultado de uma ação de ordenamento normal. Sales confirmou que foram distribuídos panfletos informando os locais, dias e horários determinados para a feira de confecções. Com as constantes irregularidades, o gestor reconhece a dificuldade de realizar um ordenamento definitivo. De acordo com o mesmo, esse é um trabalho incansável. Ainda conforme o gestor da Sercefór, as ações de

apreensão são resultado da recusa dos ambulantes de agir em conformidade com as determinações da Prefeitura (Ribeiro & Bezerra, 2014).

## 4 Percorso Metodológico

### 4.1 Definição do Tipo de Pesquisa

A pesquisa científica constitui um significativo recurso para a obtenção de informações acerca de um determinado assunto, e se define como um conjunto de atividades orientadas e planejadas na busca pelo conhecimento. Para Ruiz (1991), trata-se da efetivação de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida segundo as normas da metodologia contempladas pela ciência.

Quanto ao procedimento, este estudo buscou seus dados no campo, o que o configura como pesquisa de campo, pois o fenômeno foi interpretado dentro de uma visão psicossocial. Esse tipo de pesquisa, para Franco (1985), “procede à observação de fatos e fenômenos, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado” (p. 36).

A investigação centrou-se na abordagem qualitativa, meio, segundo Creswell (2010), para se explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Flick (2004) argumenta que esse modelo de pesquisa surge das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais, o que remete à realidade dos trabalhadores dentro do contexto da Feira José Avelino, objeto de estudo desta pesquisa.

Quanto a sua classificação, a presente pesquisa define-se como descritiva, no âmbito da qual, como observa Andrade (2004), “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados” (p. 19). Nessa perspectiva, realizou-se um estudo que se aproxima da realidade dos fatos estudados e analisados sobre as ações do Poder Público

municipal voltadas para os trabalhadores da Feira José Avelino.

#### **4.2 Seleção dos Métodos e Instrumentos**

A realização deste trabalho requereu a leitura do *Decreto municipal nº 9.300, de 17 de janeiro de 1994* (1994), e da *Lei nº 5.530, de 23 de dezembro de 1981* (Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza, 1981), diretrizes seguidas pelos fiscais da Prefeitura de Fortaleza para atuação na Feira José Avelino. Além da leitura desses documentos, foram aplicadas 18 entrevistas semiestruturadas, cujos roteiros contemplavam questões abertas, que possibilitaram acréscimos relacionados ao tema da pesquisa. Minayo (1994) define entrevista como “uma conversa a dois com o propósito bem definido . . . [que permite] obter dados objetivos e subjetivos” (p. 57). O desenvolvimento da pesquisa aconteceu em duas etapas: na primeira, aplicaram-se as entrevistas com três representantes do Poder Público municipal; na segunda, foram entrevistados 15 trabalhadores da Feira José Avelino.

O conteúdo das entrevistas contemplou os seguintes temas: políticas públicas, ações, projetos e percepções do Poder Público municipal de Fortaleza voltados para a Feira José Avelino; e percepções, expectativas e vivências dos feirantes em relação a essas ações.

#### **4.3 Definição da População e Amostra**

Para a realização da pesquisa foi escolhida uma amostra de 18 entrevistados, três representantes do Poder Público municipal de Fortaleza e 15 trabalhadores da Feira José Avelino, por meio de uma amostragem intencional, que resultou na seleção de um representante da Sercefor, dois fiscais, e 10 feirantes que trabalham nas ruas, dois que trabalham nos galpões, dois que trabalham nos *shoppings* e um dono de galpão.

A Tabela 1, na sequência, apresenta as categorias dos 15 trabalhadores da Feira, de acordo com o modelo de trabalho exercido. É importante ressaltar que os participantes foram inseridos em mais de uma categoria:

**TABELA 1**

Categorias dos trabalhadores da Feira

|                              |   |                          |
|------------------------------|---|--------------------------|
| Presidente da Associação     | Vice-presidente da Associação dos Feirantes             |                          |
| 1                            | 1   |                          |
| Itinerante                   | Local fixo  |                          |
| 1                            | 13  |                          |
| Dono da banca                | Empregado   |                          |
| 12                           | 2   |                          |
| Banca na rua                 | Banca no galpão   | Banca no <i>shopping</i> |
| 10                           | 2   | 2                        |
| Regulamentado                | Não regulamentado                                       |                          |
| 4                            | 10  |                          |
| Participou da formação/feira | Não participou do processo de formação da feira em 2009 |                          |
| 9                            | 5   |                          |
| Produtor da matéria          | Revendedor  | Produz e revende         |
| 8                            | 2   | 4                        |
| Trabalha em outra feira      | Trabalha somente na Feira José Avelino                  |                          |
| 1                            | 13  |                          |
| Trabalha nas ruas permitidas | Trabalha nas ruas proibidas                             |                          |
| 8                            | 2   |                          |
| Dono de galpão               |   |                          |
| 1                            |   |                          |

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

Os feirantes entrevistados têm entre 26 e 62 anos de idade, estão nessa função há pelo menos três anos e são, em sua maioria, homens, pois participaram desta pesquisa nove homens e seis mulheres. Em relação à escolaridade, apenas o dono de galpão tem Curso Superior Completo, embora outro feirante o tenha inconcluso, oito feirantes concluíram o Ensino Médio e um o deixou inconcluso, três possuem o Ensino Fundamental Incompleto e uma se intitulou analfabeta.

#### 4.4 Local e Período da Pesquisa

A primeira etapa da pesquisa de campo iniciou-se com uma entrevista realizada com o

representante da secretaria diretamente responsável pela administração da Feira José Avelino, Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (Sercefor). Essa secretaria responde pela execução, gerenciamento e assessoria de políticas públicas no centro de Fortaleza. É de sua responsabilidade, ainda, a promoção da análise crítica das ações e propostas em execução na área central da cidade. As duas outras entrevistas com representantes do Poder Público municipal foram realizadas com dois fiscais da Prefeitura, responsáveis diretos pela fiscalização da Feira. A finalidade de todas as entrevistas foi conhecer as políticas públicas, ações e projetos voltados para os trabalhadores da feira e aconteceram no local de trabalho dos entrevistados, Sercefor e Feira José Avelino, respectivamente.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada somente na Feira José Avelino e consistiu em conhecer a vivência e percepção dos trabalhadores inseridos nessa realidade sobre as ações do Poder Público municipal voltadas para esse comércio a partir de entrevistas aplicadas com 15 deles.

Sobre a escolha da Feira José Avelino como local da pesquisa, pode-se afirmar que se justifica diante da importância que adquiriu ao longo dos anos, pois atualmente é a maior geradora de emprego informal do estado do Ceará, maior feira ao ar livre de confecções do estado, e a segunda maior do Nordeste, localizando-se no centro de Fortaleza, CE.

A pesquisa de campo desenvolveu-se no período de março e abril de 2014.

#### **4.5 Aspectos Éticos da Pesquisa**

Todas as entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade dos sujeitos, após a aprovação pelo comitê de ética e pesquisa da Unifor. Mesmo sendo mínimas as chances de incorrerem em quaisquer tipos de riscos, foram respeitados e garantidos aos participantes todos os direitos fundamentais, como os de autorização de uso de informações, privacidade e

recusa de acesso ao material pelo pesquisador.

Todos os participantes foram previamente esclarecidos sobre a finalidade da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelos entrevistados, que lhes garante o acesso aos objetivos, procedimentos, andamento ou resultados da pesquisa, bem como outros direitos. Os envolvidos tiveram seu anonimato preservado e foram consultados sobre o interesse em participar. Assegurou-se-lhes, também, que as informações concedidas nos depoimentos seriam usadas apenas para fins científicos.

Ainda, conforme as recomendações da *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*, do Conselho Nacional de Saúde, esta pesquisa segue as diretrizes e normas regulamentares de pesquisas que envolvem seres humanos no território brasileiro. No período da coleta de dados, a pretensão ética maior foi de manter protegida a dignidade dos sujeitos, oferecendo-lhes a participação na pesquisa como uma escolha voluntária, com possibilidade de desistência a qualquer tempo sem quaisquer comprometimentos.

Vale ressaltar que a pesquisadora foi responsável pela coleta e análise dos dados, não havendo nenhum ônus financeiro para a instituição e para os participantes da pesquisa, pois a autora arcou com todos os custos para a efetivação deste trabalho.

#### **4.6 Processo de Análise dos Dados**

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, que, segundo Severino (2008), objetiva compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações, buscando captar o significado das informações colhidas. Nesta análise foram adotados os passos propostos por Minayo (2004), para quem os dados passam por análise categorial temática, na qual se pondera sobre as características comuns ou que se relacionam procurando articulações entre

os dados e as referências teóricas adotadas, seguindo a sequência: Ordenação, mapeamento e classificação dos dados, e análise final. Esses dados foram analisados categoricamente, examinados repetidas vezes e continuamente codificados, “procedimento, de um modo geral, [que] pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa” (p. 70).

## 5 Resultados e Discussão

### PODER PÚBLICO

#### Políticas públicas direcionadas aos feirantes

Os entrevistados que representam o Poder Público municipal (um representante da Sercefor e dois fiscais) afirmaram não existir nenhuma política pública documentada voltada especificamente para a Feira José Avelino. Esclarecem que o trabalho que realizam na Feira é embasado no *Decreto nº 9.300, de 17 de janeiro de 1994* e na *Lei nº 5.530, de 23 de dezembro de 1981* (Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza), legislação que consideram defasada:

O código de obras e posturas é de 1981, anterior à constituição, além do código a gente tem um decreto 9300, que também chama todo mundo de vendedor ambulante, inclusive quem trabalha fixo... Então é uma legislação atrasada. . . (Fiscal 1).

Para Itikawa (2006), a omissão do Poder Público em relação ao trabalho informal é mais frequente pela absoluta incapacidade de encará-lo como parte integrante e permanente das contradições metropolitanas contemporâneas. Entretanto, parece razoável aceitar que os governos não devem renunciar à prerrogativa de fortalecer as atividades que significam a sobrevivência de parcela considerável de trabalhadores brasileiros.

Os entrevistados justificaram a falta de políticas públicas documentadas e voltadas especificamente para a Feira José Avelino com o fato de não ser uma feira registrada, de não existir legalmente, o que implica o não cadastramento dos feirantes que trabalham lá, sobre os quais a Prefeitura não dispõe de nenhum dado:

Não existe nenhum tipo de registro sobre ela, não existe de forma oficial, nenhum feirante lá é cadastrado, então, como a feira não é legalizada, não tem nada voltado diretamente pra ela, é uma feira totalmente irregular. . . (Sercefor).

Para Cunha (2009), a reduzida capacidade de abrigar esses trabalhadores no espaço público determinado pela Prefeitura de Fortaleza resulta em uma grande massa de não cadastrados, vulnerável ao aparelho de repressão do Poder Público, submetida às perseguições e às repressões, principalmente por não integrar o sistema de proteção material.

### **Ações voltadas para a Feira**

Os três representantes do Poder Público municipal afirmaram que as ações realizadas pela Prefeitura na Feira José Avelino são de ordenamento, para o qual utilizam a repressão, manifesta mediante as apreensões das mercadorias dos feirantes:

A Prefeitura, através da Sercefor, desenvolveu ações de ordenamento, onde locais, dias e horários foram estipulados e a gente tenta conter, pra ser realizada nos dias e horários determinados . . . O que a gente libera é o uso de alguns espaços . . . (Sercefor).

Cunha (2009) também aponta a apreensão das mercadorias como uma característica da abordagem usada como repressão, justificada como medida de segurança e de revitalização dos espaços públicos. Os entrevistados reconhecem que esse modelo de atuação baseado apenas na repressão não é eficiente. Além disso, enfatizam que somente uma secretaria não tem condições de resolver os problemas da Feira José Avelino:

A Prefeitura não tem feito as políticas corretas, porque um só órgão não tem condição de mudar a Feira e o único órgão que está diretamente aplicado na José

Avelino é a Regional do Centro e os únicos que sempre estão lá são os fiscais e só a gente lá, trabalhando com repressão, não resolve . . . (Fiscal 1).

Para esses entrevistados, só o apoio de outros órgãos municipais, estaduais e federais, que consideram fundamental, conseguiria fazer a Prefeitura agir de forma eficaz e solucionar os problemas existentes na Feira José Avelino. Nesse sentido, vale-se de Castel (2008) e seu modelo de Estado como uma proposta política em seu sentido mais amplo, que deve englobar não apenas diretrizes administrativas e econômicas, mas também, e, sobretudo, uma concepção a respeito da própria organização social.

### **Projetos voltados para a feira**

Os três representantes do Poder Público municipal afirmaram que existem projetos para retirar os feirantes das ruas e levá-los para um local com estrutura adequada para a realização da feira, a serem concretizados por meio de um contrato de Parceria Público-Privada (PPP), mas ainda estão em fase de análise, portanto, não existe nada concreto:

Temos projetos de levar esses feirantes para galpões que seriam pagos, uma Parceria Público-Privada, e existem propostas de lugares que estamos analisando . . . (Sercefor).

O dono do galpão entrevistado confirmou as informações repassadas pelos representantes do Poder Público municipal sobre a existência de projetos para uma Parceria Público-Privada e informou que os donos dos galpões serão contemplados com essa iniciativa, como os empresários responsáveis pela parte privada do contrato, que deve abarcar toda a feira - ruas e galpões -, cadastrando os feirantes e alocando-os em um grande camelódromo estruturado, no qual poderão exercer seu trabalho mediante o pagamento de

uma taxa: “Temos projeto com a prefeitura, uma PPP, a prefeitura entraria com o apoio público e nós com a parte privada . . .” (Dono do Galpão).

Brito (2005) define a parceria público-privada como

um acordo formal de cooperação entre o setor público e a iniciativa privada para a implantação de projetos ou realização de atividades de interesse público, cuja responsabilidade pelo financiamento, investimento e execução é proporcionalmente compartilhada pelos dois entes, em termos de riscos e benefícios, sendo estes advindos da utilização ou exploração do próprio objeto (p.10).

### **Percepção do Poder Público sobre a feira**

Todos os representantes do Poder Público municipal expuseram, em suas falas, o reconhecimento da importância socioeconômica da Feira José Avelino, pela quantidade expressiva de empregos diretos e indiretos que gera em várias áreas da economia, pois atrai um grande fluxo de pessoas e movimentam o turismo em Fortaleza, apresentando, no entanto, ao mesmo tempo, uma percepção negativa a seu respeito, em virtude da irregularidade do empreendimento, que dificulta sobremaneira a realização de seu trabalho, porque os feirantes não respeitam as normas de organização estabelecidas pela Prefeitura:

Esta feira gera uma enorme quantidade de empregos, não só com trabalhadores envolvidos diretamente com a feira, mas com uma série de outras áreas da economia, movimentam, também, os ramos como hotelaria e alimentação . . . É uma feira que rola muito dinheiro, mas é totalmente irregular . . . (Sercefór).

Esses entrevistados colocaram que a Feira José Avelino não é formada só por feirantes que precisam desse trabalho como meio de sobrevivência, pois muitos deles são

peessoas com renda alta, principalmente os fornecedores de mercadorias, que têm negócios dentro e fora da feira, mas continuam trabalhando de forma irregular para obter maior lucro. Os fiscais entrevistados apontaram a feira como um ambiente perigoso, palco de muitos furtos e assaltos, assim como o representante da Sercefor, e todos a definiram como um problema difícil de resolver, dadas as irregularidades envolvidas, como comercialização de mercadorias contrabandeadas ou falsificadas, não emissão de notas fiscais, desvios e ausência no recolhimento de ICMS, descumprimento das normatizações de etiquetagem, trabalho infantil e infrações de trânsito que acontecem por causa da feira. Consideraram a informalidade como inerente à Feira José Avelino, e a descreveram não como apenas um problema de ocupação indevida do espaço público ou da Regional do Centro ou da Prefeitura de Fortaleza, mas de todos os órgãos públicos da cidade, porque é uma feira que influencia toda a cidade: “A minha percepção é que hoje é um problema muito grande . . . tendo em vista a grande informalidade que é inerente a essa feira como um todo . . .” (Fiscal 2).

Essas percepções negativas do Poder Público em relação à Feira José Avelino justificam-se, segundo Santos et al. (2011), no fato de que, a grande influência regional que exerce e de sua relevância para o fomento da economia local, acaba por ocasionar outros problemas à cidade, especialmente em relação à mobilidade urbana. A resolução desse problema da informalidade, fonte constante de conflitos entre feirantes e Poder Público, é hoje um dos grandes desafios deste último, que ao longo dos anos vem trabalhando no sentido de tentar formalizar esse modelo de trabalho no Centro.

### **Administração da Feira**

Os três representantes do Poder Público Municipal afirmaram que a Prefeitura não é responsável pela administração da Feira José Avelino, apenas ordena os locais, dias e

horários para a sua realização:

A Prefeitura de Fortaleza, apesar de permitir que a Feira aconteça, não tem gerência sobre os feirantes, ou seja, ela não administra a feira . . . É considerada uma feira livre, onde a prefeitura cede espaços delimitados, em determinados dias e horários, e os feirantes ocupam, dentro de um ordenamento interno . . . (Sercefor).

Cabe aos fiscais fazer cumprir as regras estabelecidas pela Prefeitura e, de acordo com os entrevistados, a orientação da Sercefor é que ordenem a Feira, limitando-a aos espaços, dias e horários permitidos, e, nos casos de ocupação irregular, que retirem os feirantes mediante diálogo, em primeiro lugar, e apreensão da mercadoria, caso não funcione. Esse trabalho é feito pela equipe de fiscalização, composta de fiscais e auxiliares, que se vale da Guarda Municipal para sua proteção, e de um veículo da Prefeitura, para colocar as mercadorias apreendidas. As apreensões são programadas para ocorrer da maneira menos estressante e violenta possível, mas, muitas vezes, a violência parte dos próprios feirantes, que não aceitam a intervenção. Esses fiscais não usam nenhum tipo de arma, porque seu trabalho é apenas operacional; são servidores públicos concursados e seguem atribuições legais para atuar na Feira José Avelino, onde trabalham em plantões noturnos, pois a realização da Feira à noite foi decisão da atual gestão municipal. A Guarda Municipal comparece, geralmente, em oito ou dezesseis pessoas, distribuídas em grupos de quatro, tendo como armamento cassetete, spray de pimenta e balas de borracha, mas são os fiscais os responsáveis pelas apreensões. Esses fiscais afirmam que evitam apreender pessoas que consideram mais vulneráveis, como mulheres, idosos e deficientes físicos. Quando protegidos pela Guarda Municipal, também realizam prisões de feirantes, em caso de resistência, ameaça ou agressão, sendo que a Guarda só age com base na força empregada pelo feirante:

Não temos a Guarda Municipal em 90% das vezes, mas quando ela vem, realmente fazem a segurança da gente e o trabalho é feito . . . E a gente tenta dissuadi-los a não partir para agressão . . . Procuo não apreender mulher, idoso e deficiente físico . . . Já fiz seis prisões de pessoas por resistência, ameaça e agressão . . . (Fiscal 1).

Mascarenhas (2008) corrobora esse modelo de ordenamento da Feira José Avelino a partir do Poder Público quando afirma que a compreensão dos processos cotidianamente conduzidos para a sua organização requer que se identifiquem as regras gerais de seu funcionamento, definidas pelo Poder Público. Sendo assim, a feira livre é priorizada segundo as medidas tomadas pela administração municipal, e, na tentativa de estabelecer esse ordenamento, o Poder Público utiliza a repressão, por meio das apreensões e prisões.

### **Dificuldades encontradas na realização do trabalho**

Os fiscais entrevistados apontaram a falta de segurança no trabalho, o desrespeito e a violência dos feirantes em relação às equipes de fiscalização como as maiores dificuldades enfrentadas por eles na realização do trabalho de fiscalização na Feira José Avelino:

Já sofri muitas ameaças, já fiz cinco boletins de ocorrência e outros fiscais e auxiliares também já foram ameaçados, tem auxiliar que já foi agredido, um fiscal já levou pedrada . . . Eu enquanto fiscal me arrisco . . . E não há policiamento fixo . . . É um ambiente perigoso para os feirantes e para nós da fiscalização . . . (Fiscal 1).

Os fiscais afirmaram que as equipes de fiscalização sofrem ameaças e agressões constantes por parte dos feirantes, principalmente nos momentos de apreensão da mercadoria, que só realizam sob a proteção da Guarda Municipal. Esta, por sua vez, pouco os apoia, pois quase nunca está presente na feira, e as equipes de fiscalização trabalham a maior parte do tempo sem proteção alguma. Cunha (2009) ressalta que essas situações tensas e conflituosas

são geradas pelas práticas regulamentadoras por parte da Prefeitura, tornando-se, muitas vezes, um verdadeiro entrave para a realização da atividade dos trabalhadores informais.

Outra grande dificuldade relatada pelos fiscais é o desrespeito dos feirantes às normas estabelecidas pela Prefeitura, constantemente ignoradas, mesmo diante da fiscalização: “É uma grande dificuldade o desrespeito do ambulante em relação à lei . . .” (Fiscal 2).

Chaves (2012) compartilha essa ideia quando coloca que a utilização do espaço público para fins de comércio ocorre de forma desordenada e muitos vendedores ambulantes descumprem a orientação da Prefeitura. De fato, é comum o amontoado de ambulantes obstruir a passagem nas calçadas e ruas.

A falta de apoio por parte da população foi apontada como outra dificuldade relevante, pois segundo os fiscais, quando estão trabalhando na Feira José Avelino, as pessoas os abordam para criticá-los por estarem impedindo o trabalho dos feirantes:

A apreensão durante a fiscalização é o momento de maior comoção e aí vem uma outra dificuldade que é geralmente não contar com o apoio da população, a gente se depara com pessoas passando e soltando comentários e em alguns casos, as pessoas realmente nos abordam . . . (Fiscal 2).

Santos et al. (2011) ressaltam que a frequência e intensidade dos conflitos entre o Poder Público e os trabalhadores informais de Fortaleza instigam cada vez mais o envolvimento da sociedade em geral nessas situações de embates.

### **Percepções em relação ao trabalho**

Os dois fiscais entrevistados expuseram a importância da realização do seu trabalho, apresentando-se como funcionários públicos cuja obrigação consiste em exercer de forma

correta e eficaz o trabalho que lhes é atribuído na Feira José Avelino: “Estou trabalhando para a sociedade, porque estão ocupando irregularmente o espaço público . . .” (Fiscal 1).

Esses entrevistados afirmam que trabalham em benefício da sociedade, porque os feirantes estão ocupando irregularmente o espaço público e prejudicando a organização da cidade. Consideram que atuam no intervalo entre a aplicação da lei e a subsistência de uns, e que devem cumprir seu papel em prol da população como um todo, e não somente de alguns que agem de forma irregular. Percebem o trabalho que realizam como importante e também decepcionante, porque, como agentes da lei, não conseguem fazê-la cumprir de forma eficaz, pois convivem diretamente com a dificuldade de resolver os problemas gerados na Feira:

A minha percepção é de decepção como agente público, é de não conseguir resolver a situação. . . Meu salário é pago com os impostos municipais, então eu não posso deixar que eles trabalhem indevidamente, contra a lei, se o meu trabalho é fiscalizar o cumprimento dela . . . (Fiscal 2).

Itikawa (2006) observa que a não aplicação integral da legislação contribui para a desmoralização da lei como instrumento disciplinador da atividade e pode-se atribuir essa aplicação à subordinação do Estado às pressões pela expulsão dos trabalhadores dos espaços públicos. A combinação entre legislação urbanística e mercado imobiliário exclui grande parcela da população do direito à cidade, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores que atuam nas ruas e são vistos pelo Poder Público como irregulares.

## **FEIRANTES**

### **Percepção sobre ações da prefeitura**

Todos os quatorze feirantes entrevistados e o dono do galpão avaliaram como negativas as ações do Poder Público municipal:

Só nos prejudicou, porque não apresenta solução nenhuma, é só com relação a mudança de horário e local que não pode, é muita pressão aqui e nada é feito por nós . . . (Presidente da Associação).

As queixas mais presentes na fala dos feirantes e do dono do galpão foram as intervenções negativas e a falta de interesse da Prefeitura em ajudá-los a solucionar os problemas gerados na Feira. De acordo com esses entrevistados, a Prefeitura cumpre seu papel e obrigação de realizar a limpeza das ruas e mesmo nesse quesito ainda deixa a desejar, pois alegam que as ruas não têm higiene adequada e nem lixeiras. E o Poder Público municipal promete a concretização de projetos de melhorias para a realização da feira, mas não cumpre, suas intervenções restringem-se apenas a ameaças, proibições e punições, limitando os espaços, dias e horários de trabalho dos feirantes.

Nessa perspectiva, é possível ressaltar a importância da adoção de uma postura mais crítica frente à realidade do trabalho informal que conduza a ações mais focalizadas e de maior efetividade no tocante à melhoria do bem-estar dos integrantes do mercado de trabalho, independentemente de onde estejam alocados. Assim, as ações do Poder Público devem voltar-se ao tratamento da informalidade nas suas distintas dimensões, não se restringindo tão somente ao combate à ilegalidade (Silva et al., 2002).

## **Influência política da Feira**

Sete feirantes e o dono do galpão ressaltaram na sua fala a influência política da Feira José Avelino:

Nós conseguimos até eleger um vereador, porque nós somos muitos e temos uma certa força política . . . (Presidente da Associação).

Muitos políticos me procuram, porque sabem que aqui eu tenho influência sobre muitos votos (Dono do Galpão).

Dos entrevistados, o feirante itinerante, os dois feirantes que trabalham no galpão, os dois que trabalham no *shopping* e os dois representantes da Associação da Feira José Avelino, além do dono do galpão, expuseram, em sua fala, a influência política da Feira José Avelino. De acordo com esses entrevistados, a feira exerce influência política devido a sua proporção, visto que a grande quantidade de trabalhadores representa uma grande quantidade de votos nas eleições.

Nesse sentido, Itikawa (2006) ressalta que as ações do Poder Público voltadas para o trabalho informal são passíveis de julgamentos variados, sendo que muitas vezes, aparecem como paliativos utilizados para gerar dividendos políticos.

## **Conflitos com fiscais**

Os dez feirantes entrevistados que trabalham nas ruas já presenciaram ou souberam de conflitos entre feirantes da José Avelino e fiscais da Prefeitura, que atribuem à apreensão das mercadorias dos feirantes por descumprimento das normas estabelecidas pela Prefeitura:

Já sube de prisões de feirante e muita mercadoria apreendida . . . Já vi levar porrada, chibatada, até tiro, com aquelas borracha, aquelas pistola, que dá choque . . . (Feirante Governador Sampaio).

Esses entrevistados acreditam que, apesar de alguns auxiliares da fiscalização não terem preparo e educação para lidar com os feirantes, eles somente executam o trabalho imposto pela Prefeitura, vista como a verdadeira responsável pelas intervenções na Feira.

Dentre esses dez trabalhadores, uma feirante que trabalha na Rua Alberto Nepomuceno afirmou não só ter presenciado conflitos entre os fiscais da Prefeitura e outras pessoas, como também tê-los vivenciado. Considerou que alguns fiscais são agressivos e violentos, em fala reforçada pelo relato dos outros feirantes, que apontam a Rua Alberto Nepomuceno como o principal local de sua ocorrência, por ser a rua de entrada do Mercado Central e possuir grande fluxo de carros. A fiscalização faz um trabalho mais intenso nesse espaço, onde é proibida a realização da feira pela Prefeitura, mas muitos feirantes ocupam a rua, mesmo não sendo permitido:

Eu mesma e meu esposo já sofremos com ignorâncias e estupidez, porque eles nos tratam como se fôssemos bandidos (Feirante Alberto Nepomuceno).

Os conflitos com o Poder Público devido à luta dos feirantes para permanecer no Centro intensificaram-se com o passar dos anos. Assim, a informalidade em Fortaleza tem sido fonte constante de conflitos com o Poder Público (Santos et al., 2011).

Historicamente, os trabalhadores resistiam principalmente contra a PMF e seus métodos repressores e violentos. Criou-se toda uma estrutura de fiscalização, capitaneada pela Guarda Municipal, detentora de poder policial, que apreendia as mercadorias e prendia os trabalhadores. Nos confrontos, a PMF chegou a empregar todo o aparato repressivo de que

dispõe, inclusive a Polícia Militar, para assegurar o disciplinamento e o ordenamento dos trabalhadores e seu comércio. Apesar de toda a repressão, os trabalhadores utilizavam e ainda utilizam estratégias de apropriação dos espaços públicos proibidos (Dantas, 1995).

### **Garantia de segurança inexistente**

Todos os quatorze feirantes entrevistados, assim como o dono do galpão, afirmaram que o Poder Público não oferece nenhum tipo de segurança nas ruas onde a Feira acontece:

Aqui, acolá, é colocada a Guarda Municipal de frente o mercado, só pra auxiliar o rapa, não tá ali pra fazer a segurança da gente . . . A gente como sem segurança alguma no entorno da José Avelino . . . Comigo já aconteceu assaltos e com vários que eu conheço, sempre acontece, até dentro de galpão . . . (Vice-Presidente e Montador).

De acordo com esses entrevistados, a Feira é um ambiente perigoso para os feirantes, para os clientes e até mesmo para os donos de galpão, pois todos lidam com dinheiro e estão sujeitos a assaltos e furtos, bastante comuns na localidade. Em sua fala, a Prefeitura envia a fiscalização e a Guarda Municipal para realizar apreensões, mas não coloca nenhum tipo de policiamento para garantir a segurança das pessoas que a realizam. Assim, o poder público - estadual e municipal - não garante nenhum tipo de segurança para esses trabalhadores e clientes da Feira. Os feirantes que trabalham nas Ruas José Avelino e Governador Sampaio afirmam que conseguem obter certa proteção mediante o pagamento de seguranças, o que não ocorre em outras ruas ou no entorno, que carece de segurança, onde muitas vezes os trabalhadores se unem e se defendem com as próprias mãos, apreendendo e punindo os ladrões com violência física.

Nessa perspectiva, Matsuo (2009) ressalta que além da perseguição sofrida pela

fiscalização da Prefeitura, os trabalhadores nas ruas sofrem constantemente a experiência de serem assaltados. Os ladrões costumam levar dinheiro ou mercadorias e a maioria das vítimas não registra a ocorrência, pois vende produtos ilegais (sem pagar impostos).

### **Expectativas sobre as ações da prefeitura**

Os 12 feirantes que trabalham nas ruas e nos galpões, assim como o dono do galpão, apontaram como melhor opção para eles a efetivação da promessa da Prefeitura de levá-los para um local com segurança e estrutura adequada à realização da Feira:

Tem que tirar todo mundo e mandar pra um canto só, pra onde vão todos os nossos cliente . . . Não adianta limpar a José Avelino e deixar os galpão ficar, porque os onibu vai encostar nos galpão e nós volta pra José Avelino . . . A prefeitura tem que fazer uma coisa legalizada pra ajudar todo o povo . . . (Vice-Presidente e Montador).

Esses feirantes afirmam que para o projeto dar certo é fundamental que a Prefeitura aloque todos os feirantes, tanto os que trabalham nas ruas, como os que trabalham nos galpões, em um local adequado para a realização da Feira. Eles entendem que, se estiverem juntos, mesmo em outro local, seus principais clientes, que vêm de outros estados, nos ônibus, também mudarão a parada para as compras e, dessa maneira, tanto os feirantes, quanto os clientes poderão continuar o processo de compra e venda, que movimenta a Feira.

A preocupação dos feirantes em relação aos clientes que vêm de fora se justifica pelo fato de serem os responsáveis pela maior parte do giro de capital na Feira, dada a sua grande influência regional (Santos et al., 2011).

Esses feirantes afirmam, ainda, que não hesitariam em pagar uma taxa acessível para que pudessem trabalhar em um espaço adequado. Colocam que essa é a melhor solução para

todos, feirantes, compradores e Poder Público Municipal. O dono do galpão também colocou esse projeto da Prefeitura como a opção mais viável para resolver os problemas da Feira e afirmou que deveria acontecer por meio de uma Parceria Público-Privada entre a Prefeitura, a quem cabe a iniciativa de fazer a transição dos feirantes para o local privado e fiscalizar o processo, e os donos dos galpões, responsáveis pela estrutura que irá abarcar toda a Feira, restando aos feirantes o pagamento de uma taxa para adquirirem o direito de trabalhar.

A efetivação desse projeto por parte da Prefeitura é algo pelo qual os feirantes anseiam desde a gestão passada, e colocam isso de forma explícita em sua fala, pois sabem que é papel do Poder Público ajudá-los a melhorar a situação estabelecida pela realização da Feira, o que vai ao encontro dos resultados de um estudo realizado em 2008/2009 pelo Sine/IDT, que apontou que as iniciativas no mercado de trabalho informal precisam de apoio governamental. Sobre o Estado, assim, que contribui fortemente para a informalidade, segundo o professor Márcio Veras Correa, do Programa de Pós-Graduação em Economia (Caen) da Universidade Federal do Ceará, recai a responsabilidade de implementar políticas públicas documentadas e voltadas especificamente para esses trabalhadores, atualmente inexistentes (Chaves, 2012).

### **Vivências em relação às ações do Poder Público**

Todos os 14 feirantes entrevistados avaliaram como negativas suas vivências relacionadas às ações do Poder Público:

Eu me sinto muito mal, porque aqui tá todo mundo querendo só trabalhar e eles ficam tratando a gente como se fosse outras coisa, apreendendo, trazendo polícia pra tirar a gente . . . (Feirante José Avelino 1).

Para esses entrevistados, as ações da Prefeitura voltadas para a Feira são sempre no sentido de atrapalhar ou impedir o trabalho dos feirantes, por meio de apreensões. Sobre essa questão, Sasaki (2009) ressalta que o enfrentamento aos órgãos de fiscalização produz o temor da apreensão do material de trabalho ou de mercadorias daqueles que trabalham na rua.

Diante disso, os entrevistados afirmam sentirem-se péssimos, com medo, tristes, prejudicados, inseguros, humilhados, constrangidos, revoltados, sofridos, descrentes, apreensivos, justificando esses sentimentos como resultantes das intervenções da Prefeitura, que os atrapalha no exercício do trabalho na Feira e não os ajuda a resolver a situação, sendo que, para eles, esse trabalho é um meio de sobrevivência.

Conforme Cerqueira (2000), a rua se caracteriza como espaço que acolhe excluídos e reproduz a exclusão com suas teias laborais e relações de poder e legalidade. Assim, o trabalhador informal que atua nas ruas esforça-se para ser reconhecido como trabalhador, para fugir do estigma de marginal, quase sempre associado ao comerciante de rua. A apropriação dos espaços públicos como locais de trabalho é justificada por eles como necessária à sobrevivência, relacionada à importância de ganhar a vida honestamente.

### **Conflitos entre feirantes**

É possível identificar na fala dos 14 feirantes entrevistados a existência de conflitos causados por disputa de espaço na Feira e concorrência em relação às vendas:

Agora tá mais calmo, mas, às vezes há brigas severas, já houve até morte por briga entre feirantes, porque cada um quer seu espaço . . . (Feirante José Avelino 4).

É notória a disputa entre os feirantes por espaços cada vez mais concorridos e limitados pelo Poder Público. Os feirantes que trabalham na Rua José Avelino afirmam que

até mesmo os trabalhadores dos *shoppings* e galpões reconhecem a importância da Feira na rua para atrair clientes e que os conflitos que lá acontecem são contornáveis, porque eles têm uma forma de organização que é obedecida e não reconhecem ou apoiam os outros feirantes que trabalham nos locais não autorizados, considerando que o fato de contrariarem as ordens da Prefeitura dificulta mais ainda sua luta diária pelo direito de trabalhar na Feira. A feirante da Rua Alberto Nepomuceno - espaço não autorizado - confirmou essa informação, afirmando que se sente excluída pelos feirantes que trabalham na Rua José Avelino e perseguida pelos trabalhadores dos *shoppings* e galpões. Um feirante que trabalha no galpão e as duas dos *shoppings* afirmaram se incomodar com os feirantes que trabalham nas ruas, principalmente os que ficam na entrada dos *shoppings*, mas reconhecem que precisam deles para atrair clientela. Somente um dos feirantes que trabalha no galpão afirmou que a retirada dos feirantes das ruas beneficiaria as vendas nos galpões, pondo fim à concorrência desleal, e seus principais clientes, que vêm de outras localidades, continuariam comprando nos galpões, pois o contato direto com eles é feito pelos donos dos galpões. Contudo, é possível observar que, apesar do reconhecimento da importância da feira na rua, a disputa pelo espaço e a concorrência nas vendas ainda geram conflitos, não só entre os feirantes que trabalham nas ruas, mas também entre estes e os feirantes dos *shoppings* e galpões.

Nesse segmento, Chaves (2012) coloca que a disputa por espaço causa conflitos entre feirantes, e que, apesar das ações de ordenamento por parte da Prefeitura, a utilização do espaço público para fins de comércio acontece de forma desordenada, pois o número desses trabalhadores informais nas ruas parece aumentar a cada dia no centro, o que os torna alvos de reclamações constantes dos lojistas, em razão de se amontoarem – junto com suas mercadorias - sobre as calçadas, obstruindo-as e camuflando as fachadas das lojas em várias ruas.

## **Organização da feira**

Por intermédio da fala de nove dos 10 feirantes que trabalham nas ruas é possível perceber que esses trabalhadores adotaram uma organização interna para a realização da Feira:

Não é tão simples lidar com feirante, você não consegue reunir todos, daí os montadores ficam nessa responsabilidade, cada um deles é representante de um grupo de pessoas, aí eu falo com eles, pra que eles passem as informações . . .  
(Presidente da Associação).

Essa forma de organização é mais evidente nas ruas autorizadas pela Prefeitura para a realização da feira, locais em que os trabalhadores organizam e montam as bancas no espaço de cada um, estabelecido e respeitado por eles. Em cada rua dessas existem os montadores, responsáveis pela montagem, desmontagem e guarda da maioria das bancas dos feirantes, que recebem como pagamento uma taxa que varia de acordo com o tamanho da banca e a autorização para alugá-las no dia em que o dono não vai trabalhar, geralmente para os feirantes que trabalham nos galpões e preferem vender na rua, onde o lucro é maior. Esses montadores, no entanto, não se envolvem com as questões relativas à venda das bancas e dos espaços, da alçada de seus proprietários, que o fazem mesmo em se tratando de espaço público. Os montadores são reconhecidos como organizadores e líderes nessas ruas, pois além de montarem as bancas, também são responsáveis pela resolução dos conflitos por espaço.

Nessas ruas, existem seguranças contratados pelos próprios feirantes para fazer sua proteção e de seus clientes. Esses feirantes também fazem a iluminação da rua mediante arranjos irregulares, justificando sua atitude na promessa não cumprida da gestão municipal

atual de iluminar as ruas após a mudança do horário de funcionamento da Feira para o período noturno. Os trabalhadores da José Avelino criaram uma Associação dos Feirantes para representar seus interesses com mais respaldo frente ao Poder Público diante da situação de incertezas e ameaças da Prefeitura de acabar com a Feira. Segundo seu presidente e o vice, é muito difícil reunir todos os feirantes da rua, por isso, trabalham diretamente com os montadores, responsabilizando-os por repassar todas as informações relacionadas à associação para os feirantes. Cada montador se responsabiliza por informar um grupo de trabalhadores e, assim, tentam inserir todos os feirantes da rua na Associação. Esses representantes da Associação fazem questão de enfatizar que só representam a Rua José Avelino e apoiam o trabalho dos feirantes nas outras ruas permitidas pela Prefeitura, mas não apoiam e não concordam com a realização da Feira nos locais proibidos pelo Poder Público, pois os feirantes que atuam nesses locais não autorizados acabam prejudicando o trabalho de todos os outros feirantes, até mesmo dos que seguem as ordens da prefeitura. É possível perceber na fala dos feirantes as várias estratégias de que se utilizam para driblar as dificuldades, como eleger um vereador na tentativa de ter algum tipo de apoio no âmbito do Poder Público Municipal. Até mesmo a feirante que trabalha na Rua Conde D'eu, uma das ruas em que a Feira é proibida, afirmou existir uma organização de espaço entre os feirantes, cada um com seu espaço definido e respeitado.

Maricato (2001) ressalta que a capacidade de os trabalhadores contrariarem procedimentos e aliarem-se entre eles ou com o Poder Público tornou a condição nos espaços públicos a grande arte do artifício. Artifício para escapar, desviar e burlar regras que normatizam a realidade a partir de um cenário de ficção.

Dos 10 feirantes que trabalham nas ruas, somente a que trabalha na Rua Alberto Nepomuceno afirmou não existir nenhum tipo de organização entre os feirantes:

Não existe organização aqui . . . Eu e meu marido colocamos a mercadoria pra vender em cima do carro, porque não é permitido banca aqui, nós não temos canto certo pra trabalhar, fico aonde dá certo e aqui é bem concorrido (Feirante Alberto Nepomuceno).

De acordo com essa entrevistada, nessa rua não é permitido montar banca e os feirantes concorrem incessantemente por um espaço onde possam colocar as mercadorias para vender, no chão ou em cima dos seus carros. Isso provavelmente acontece por ser a Rua Alberto Nepomuceno, proibida pela Prefeitura para a realização da Feira, o ponto de maior conflito e concorrência entre os feirantes, porque, o comércio no local atrapalha o grande fluxo de carros e a entrada do Mercado Central, sendo também, um ponto estratégico para os feirantes, pois fica em evidência, tornando-se a primeira parada dos clientes.

Na fala dos feirantes que trabalham nos *shoppings* e galpões, assim como do dono do galpão, é possível identificar a forma de organização desses espaços particulares, que também fazem parte da Feira José Avelino:

Nós temos os dias e os horários de trabalho de acordo com a organização dos donos dos galpões, eles têm parceria com os guias encarregados de trazer os ônibus dos outros estados e aí é repassado pra Prefeitura e eles programam os dias de funcionamento . . . (Feirante Galpão 1).

De acordo com esses feirantes, os *shoppings* abrem todos os dias e funcionam seguindo o movimento da Feira nas ruas, pois segundo as duas entrevistadas que trabalham nas lojas, a venda dentro desses espaços é um reflexo da Feira nas ruas, que atrai os clientes. Assim, os donos das lojas nos *shoppings* dão prioridade para o seu funcionamento nos horários de realização da Feira nas ruas. Em relação aos galpões, os dois feirantes

entrevistados que trabalham nesses espaços reclamaram das taxas cobradas para trabalhar, que consideram exorbitantes, e apontaram sua desorganização e falta de padronização, ressaltando que nem todos oferecem estrutura adequada para os trabalhadores. Em relação ao horário de trabalho, afirmaram que a diferença entre o horário de funcionamento dos galpões e o dos comércios nas ruas os prejudica, visto que os feirantes das ruas são autorizados a trabalhar nos dias em que chegam os ônibus com os clientes de outras localidades e começam bem antes de os galpões abrirem. Assim, quem está nas ruas tem mais oportunidade de vender, por isso, muitos feirantes que trabalham nos galpões chegam à Feira antes de abrirem e ficam vendendo nas calçadas ou alugam barracas nas ruas, mantendo bancas fixas dentro e fora do galpão. De acordo com esses feirantes e com o dono do galpão, os guias responsáveis pelos ônibus que vêm de outras localidades negociam e combinam com os donos dos galpões a vinda dos principais clientes da Feira José Avelino - compradores de outras cidades, estados e até de outros países. Os donos dos galpões têm uma Associação para discutir os assuntos relacionados à administração desses espaços e repassam para a Prefeitura as decisões tomadas, e juntos, Poder Público Municipal e donos dos galpões, decidem o funcionamento da Feira José Avelino. A fala desses dois feirantes e do dono do galpão evidencia a influência desses empresários, donos dos galpões, no funcionamento e organização da Feira.

O espaço urbano é permeado pelo trânsito entre as atividades dos circuitos formal e informal da economia, possibilitando situar os processos que cotidianamente organizam e fazem a feira livre (Santos, 2004). Assim, compreendem-se essas organizações como fluxos de ações e significados. Parte-se do pressuposto de que tais processos encontram a sua racionalidade interna e singular nos métodos práticos, criados, apropriados e partilhados pelas pessoas envolvidas, fazendo das feiras livres, no caso, realidades organizadas (Sato, 2002).

### **Associação dos feirantes**

Dos 10 entrevistados que trabalham nas ruas, apenas um feirante, além dos dois representantes da associação (presidente e vice-presidente), afirmou conhecer e participar da Associação dos Feirantes da José Avelino:

Eu participo, é uma ótima coisa que saiu aqui pra gente, é mais uma força pro nosso lado (Feirante José Avelino 1).

Sete feirantes que trabalham nas ruas, três dos quais na própria José Avelino, que a associação representa, afirmaram não saber da existência da Associação:

Não sei se há associação, mas se fosse pra o melhor pro povo que trabalha aqui, seria bom, mas eu imagino que dificilmente vai existir uma associação pra rua (Feirante José Avelino 4).

Os dois representantes da Associação dos Feirantes da José Avelino (presidente e vice-presidente) expuseram o papel da Associação e as dificuldades enfrentadas em razão da resistência dos feirantes da rua a sua atuação:

A nossa associação tá nova ainda, mas nós tamo aberto pra saber o que a prefeitura quer fazer pra gente . . . Ainda tamo conquistando a credibilidade . . . Eles têm medo de tudo, porque feirante é conhecido como ilegal, aí eles ficam com receio até da associação . . . (Vice-Presidente e Montador).

Na fala dos entrevistados é possível perceber que a Associação dos Feirantes da José Avelino não é conhecida pela maioria desses trabalhadores - além dos dois representantes da associação, apenas um feirante da própria José Avelino afirmou conhecê-la e participar dela. Seus representantes atribuem essa falta de conhecimento ao fato de se tratar de organização

recente, regulamentada há pouco mais de um ano, ainda em processo de estruturação. Com uma média de oitocentos associados, a Associação segue na tentativa de informar e cadastrar cada vez mais feirantes da Rua José Avelino. São várias as dificuldades relatadas pelos representantes para a sua efetividade, a exemplo da resistência dos feirantes, em razão de sua quantidade, o que dificulta a divulgação das informações sobre a Associação. Para facilitar esse processo, os responsáveis trabalham em parceria com os montadores para disseminar o trabalho da Associação em toda a rua. Outro fator que dificulta a aceitação da Associação pelos feirantes é o histórico desses trabalhadores, que há alguns anos foram enganados por outra associação de feirantes, formada quando ainda trabalhavam na praça, o que os tornou desconfiados e receosos diante de qualquer situação, até mesmo do simples cadastro na associação, que tem como finalidade a união e representatividade dos feirantes da rua, objetivando sua melhor organização na reivindicação de melhorias para a realização da Feira.

A fragilidade das associações que representam os trabalhadores informais enfraquece a categoria no processo de busca por melhores condições de trabalho, assim, de acordo com Itikawa (2006), pode-se atribuir o sucesso das ações arbitrárias do Poder Público, em parte, à fragmentação e desarticulação das associações que representam a categoria.

Ainda de acordo com seus representantes, a Associação está crescendo e, aos poucos, conquistando reconhecimento, tanto por parte do Poder Público Municipal, como dos feirantes, que requisitam seus responsáveis quando é necessário resolver ou discutir assuntos relacionados à Feira da Rua José Avelino. Sobre a atuação da Associação dos Feirantes da Rua José Avelino, o presidente fez questão de ressaltar que a informação é um aspecto relevante, por isso a Associação tem como função, também, informar os feirantes das ruas sobre assuntos pertinentes, em especial, sobre a importância do acesso aos direitos trabalhistas por meio da regulamentação e transformação dos seus pequenos negócios em microempresas. Em

relação à temática dos direitos trabalhistas, evidenciou-se que, além do presidente da Associação, apenas outro feirante da Rua José Avelino se intitula microempreendedor, ou seja, dos 10 feirantes entrevistados que trabalham nas ruas, somente dois têm seu negócio regulamentado e acesso aos direitos trabalhistas.

A Feira José Avelino configura-se como polo de trabalho informal, inserido no modelo do trabalho precarizado, e a maior parte dos seus trabalhadores não goza de qualquer garantia de segurança social (aposentadoria, FGTS, entre outras). Entre as muitas perspectivas sob as quais os trabalhadores informais têm sido observados, a que mais se destaca é a que enfatiza a sua exclusão dos benefícios públicos essenciais ou dos circuitos da economia moderna. Seja devido à total exclusão e à segmentação do mercado ou a uma opção maciça e voluntária de sair da formalidade, a informalidade pode levar a um equilíbrio social aquém do ideal, no qual muitos trabalhadores se tornam desprotegidos quanto a problemas de saúde e de desemprego, e à pobreza na velhice (Cacciamali, 1991).

### **Importância da feira**

Um total de oito feirantes, dentre os 14 entrevistados, assim como o dono do galpão, ressaltaram a importância social e econômica da Feira José Avelino:

Aqui é uma grande geração de emprego . . . E tem pessoas que a gente acaba resgatando das drogas . . . Também existe muito, aqui, ex-presidiários, todos têm que ter uma oportunidade de trabalho, porque como é que você vai resgatar uma pessoa dessa, se ele não tiver trabalho? Ele vai voltar pra marginalidade . . . Tudo isso tem que ser visto como uma questão social . . . (Presidente da Associação).

A maioria dos feirantes, assim como o dono do galpão, ressaltou, nas entrevistas, a importância social e econômica da Feira José Avelino. De acordo com os feirantes, essa Feira

representa o sustento de vários trabalhadores e suas famílias, além de influenciar de forma significativa a economia do estado, pois movimenta muito dinheiro, por meio de um processo de geração de emprego e renda, e contribui, ainda, para o aumento do turismo dentro do centro de Fortaleza. Esses feirantes afirmam que a Feira tem imensa relevância social, porque, além de ser uma grande geradora de empregos, também contribui para a reinserção de ex-presidiários, excluídos do mercado de trabalho, e influencia de forma positiva na ressocialização de usuários de drogas. Tanto os feirantes, como o dono do galpão, expuseram a importância da Feira José Avelino para a geração de empregos diretos e indiretos e a contribuição dos feirantes com impostos, pois mesmo que a maioria não seja regulamentada, todos pagam altos impostos na compra do material para a realização da Feira. Vale ressaltar que, mesmo sendo considerada um polo de trabalho informal, a Feira também exerce e sofre grande influência em relação ao mercado formal: no processo de compra e venda esses dois setores estão diretamente interligados.

A Feira José Avelino modificou-se, atraindo produtores e intermediários de produtos artesanais e industriais, regionais e nacionais, alcançando grandes proporções e transformando-se em referência nacional no comércio de confecção. Segundo o presidente da Associação dos Feirantes Autônomos de Fortaleza, Francisco Bismark L. Souza, a Feira gera em torno de cinquenta mil empregos diretos e indiretos, e mais de 90% dos produtos comercializados no local é confecção, confirmando Fortaleza como polo têxtil. A maioria dos seus compradores vem do Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco, embora pessoas da Guiana Francesa e Cabo Verde, na África, estejam na lista de clientes. A Feira também exerceu forte influência na instalação de outros equipamentos voltados para a venda de confecções nas proximidades da Catedral. Sua consolidação oportunizou o surgimento de lojas populares, o que se reconhece como atividade formal resultante de outra informal, confirmando a

influência e dinamismo da Feira, que modifica o espaço urbano naquela área. Alguns de seus trabalhadores tornaram-se pequenos empresários, proprietários de lojas nos pequenos *shoppings* que se instalaram no local. Contudo, muitos entre eles não abdicaram de continuar na José Avelino, em galpões ou mesmo na rua, relutando em abandonar a informalidade, sob o argumento de se tratar de mercado mais lucrativo. A área em questão, por conseguinte, reúne as formas de atividade formal, semiformal e informal (Santos et al., 2011).

Klein (1990) destaca a importância do trabalho informal urbano, cujos atores realizam atividades produtivas relevantes, seja na produção de bens ou no âmbito de comércios e serviços. As unidades produtivas do trabalho informal são conectadas ao trabalho formal por meio das compras e vendas, tanto de insumos quanto de produtos finais.

O comércio informal é um fenômeno crescente na capital cearense, responsável por mudanças na organização espacial da área central, e temática recorrente na atualidade. Sua existência contribui na formação de territórios no centro de Fortaleza, bairro que passou a ser modificado pelos agentes sociais que o frequentam e ali trabalham. O centro, então, se estabelece como local de consumo, proporcionando, dentre outros fatores, o crescimento do comércio informal, que ao longo dos anos tomou grandes proporções (Santos et al., 2011).

### Considerações Finais

Nesta pesquisa, evidenciou-se a negligência do Poder Público municipal para com os trabalhadores da Feira José Avelino e a inexistência de políticas públicas documentadas voltadas especificamente para esses feirantes, pois oficialmente essa Feira não existe e não há nenhum tipo de registro sobre ela na Prefeitura Municipal de Fortaleza ou na Sercefor, secretaria responsável pelo centro da cidade. Dessa forma, os fiscais atuam no local baseando-se apenas no *Decreto nº 9.300, de 17 de janeiro de 1994* e na *Lei nº 5.530, de 23 de dezembro de 1981* (Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza), nada voltado especificamente para a Feira José Avelino, ou para os trabalhadores nela inseridos.

Para a realização deste estudo, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, que abarcou, em suas categorias, os seguintes temas da fala dos representantes do Poder Público municipal: Políticas públicas direcionadas aos feirantes; Ações e projetos do Poder Público municipal voltados para a Feira; Percepção do Poder Público sobre a Feira; Administração da Feira; Dificuldades da fiscalização na Feira; Percepções em relação ao trabalho de fiscalizar os feirantes. Na fala dos feirantes foram analisados os temas: Percepção dos feirantes sobre ações da Prefeitura; Influência política da Feira; Conflitos entre feirantes e fiscais; Garantia de segurança inexistente; Expectativas dos feirantes sobre as ações do Poder Público municipal; Vivências dos feirantes em relação às ações do Poder Público; Organização interna da Feira; Associação dos feirantes; Importância da Feira.

As ações realizadas pela Prefeitura na Feira José Avelino são de ordenamento, para o qual se vale da repressão, por meio de apreensões das mercadorias dos feirantes que se recusam a obedecer às normas estabelecidas em relação ao uso do espaço público, que se referem à limitação de horários, dias e locais para a realização da Feira. Essas limitações não

resolvem os problemas gerados dentro da Feira José Avelino e, diante disso, está sendo elaborado um projeto para retirar os feirantes das ruas e levá-los para um local com estrutura adequada para a realização da Feira, mediante uma Parceria Público-Privada, entretanto, até o momento, não há nada documentado ou concreto sobre esse projeto. Os participantes desta pesquisa, tanto fiscais, quanto feirantes, trabalham na expectativa da realização desse projeto, que é divulgado desde a gestão municipal anterior, ainda que nunca tenha sido colocado em prática, pois o colocaram como melhor opção para a resolução dos problemas da Feira José Avelino. Diante disso, o Poder Público é avaliado como omissivo em relação às dificuldades vivenciadas por esses feirantes, e suas ações são consideradas ineficazes, pois apenas limitam a realização do trabalho na Feira. A ausência de ações relevantes em prol desses trabalhadores resultou no sentimento de negatividade que relataram no tocante às suas vivências relacionadas as ações do Poder Público. Esses sentimentos negativos foram definidos como medo, tristeza, insegurança, humilhação, constrangimento, revolta, sofrimento e descrença que afirmaram sentir.

Nesta pesquisa evidenciou-se a importância social e econômica da Feira José Avelino, e ainda, sua influência política, pois essa feira abarca muitas pessoas, sinônimos de votos no período das eleições. Mesmo reconhecendo a importância socioeconômica da Feira José Avelino, os representantes do Poder Público Municipal expuseram uma percepção negativa em relação à mesma, visualizando-a como um grande problema e considerando uma secretaria insuficiente para resolver a situação, diante da sua proporção atual. Essa situação, provavelmente, envolve muitos interesses políticos e econômicos, que transcendem esta pesquisa, mas refletem diretamente no âmbito social, pois estão envolvidos nessa questão muitos trabalhadores, os quais fazem a Feira José Avelino acontecer.

Os fiscais entrevistados apontaram a falta de segurança no trabalho, o desrespeito e a violência dos feirantes em relação às equipes de fiscalização como as maiores dificuldades enfrentadas por eles na realização do trabalho de fiscalização na Feira José Avelino. E mesmo diante das dificuldades relatadas, expuseram a importância da realização do seu trabalho, apresentando-se como funcionários públicos cuja obrigação consiste em exercer de forma correta e eficaz o trabalho que lhes é atribuído na Feira José Avelino. Esses fiscais consideram o seu trabalho arriscado, pois trabalham fiscalizando os feirantes, que muitas vezes se revoltam contra as equipes de fiscalização, principalmente quando acontecem apreensões. Dessa forma, são geradas constantes situações de conflitos entre as equipes de fiscalização da Prefeitura e os feirantes da Feira José Avelino. Esses feirantes também vivenciam situações de conflitos causados por disputa de espaço na Feira e concorrência em relação às vendas. E, assim como os fiscais, os trabalhadores e clientes da Feira José Avelino também sofrem com a falta de segurança, pois o Poder Público não oferece nenhum tipo de policiamento nas ruas onde é realizada a Feira, locais em que a violência se faz presente de várias formas, como assaltos e furtos.

Os feirantes que trabalham nas ruas mantêm uma organização interna para a realização da Feira; já os que trabalham nos galpões e *shoppings* obedecem às normas estabelecidas pelos donos. Os feirantes das ruas submetem-se às determinações da Prefeitura em relação aos horários, dias e locais para a realização da Feira, mas entre eles próprios, estabelecem regras de organização interna, principalmente nas ruas onde a prefeitura autoriza a realização da Feira; organizam e montam as bancas em espaço próprio. Eles têm seus líderes e seguranças, e a Rua José Avelino conta com uma Associação dos Feirantes que representa os interesses dos feirantes dessa rua. Esses feirantes buscam a cada dia atuar estrategicamente na tentativa de melhorar suas condições de trabalho, marcadas pela

precariedade e ignoradas pelo Poder Público Municipal, que manifesta preocupação com a ocupação indevida do espaço público e com o aspecto econômico da Feira.

Enfim, a Feira José Avelino cresce a cada dia e se estabelece como ambiente onde prolifera o trabalho informal, cujos trabalhadores são pessoas que querem, buscam e precisam desse trabalho, por isso, reivindicam do Poder Público Municipal a implementação de ações eficazes voltadas para eles. Eles anseiam pela efetivação da promessa da Prefeitura de levá-los para um local estruturado, onde poderão trabalhar sem tantas restrições, considerando fundamental, para isso, que todos os feirantes sejam realocados e lhes seja garantido que seus grandes compradores, os clientes que vêm de outros estados, se dirijam para lá. Afinal, esses clientes movimentam a feira e são responsáveis pela maior parte do lucro desses feirantes.

Espera-se que esta pesquisa possa servir como instrumento de análise e reflexão, não só no âmbito acadêmico, mas para as pessoas de forma geral, pois o trabalho ocupa um espaço muito importante na sociedade contemporânea, e a informalidade se expressa como um modelo laboral que cresce a cada dia no País, estabelecendo variadas formas de relações entre esses trabalhadores. Diante dessa realidade, torna-se cada vez mais importante a realização de ações por parte do Poder Público direcionadas a esses trabalhadores.

Não se pode garantir, aqui, que a realização do projeto proposto pelo Poder Público Municipal será a solução dos problemas gerados na Feira. Mas é possível afirmar que o Poder Público precisa e deve realizar ações concretas voltadas para esses trabalhadores atuantes no centro da cidade, e que a efetivação do projeto de retirar todos os feirantes das ruas e colocá-los em um local adequado para a realização da Feira é a ação mais cogitada e viável diante da atual situação da Feira José Avelino.

Esta pesquisa contribuiu para a sistematização teórica a respeito do trabalho informal e das políticas públicas voltadas para esse tipo de trabalho, e de forma prática, permitiu estudar suas manifestações no contexto de uma feira livre, na cidade de Fortaleza, Ceará, oportunizando, assim, a oferta de informações relevantes para que a gestão municipal possa direcionar melhor o processo de realização das suas ações voltadas para a os trabalhadores da Feira José Avelino. Esses resultados podem servir também de referência para que pessoas em outros contextos, com condições similares, repensem essa problemática.

Almeja-se, enfim, que este estudo contribua de forma significativa para a realização de futuras pesquisas na própria Feira José Avelino, assim como em outros contextos, a respeito do trabalho informal e das ações do Poder Público voltadas para esse modelo de trabalho e para os trabalhadores inseridos nessa realidade.

## Referências

- Aguiar, C. C. T., Salomão, L. R., & Pereira, S. B. C. (2005). Microcrédito: um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social? In R. M. Fischer, & E. M. Novaes (Orgs.), *Construindo a cidadania: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social*. São Paulo: Ceats, Fia.
- Andrade, M. M. (2004). *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Anjos, S. dos (2013, 4 de fevereiro). Feira na José Avelino passa a ter dias e horários limitados. *O Povo*. Recuperado em 25 junho, 2014, de <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2013/02/04/noticiasjornalfortaleza,3000348/feira-na-jose-aveino-passa-a-ter-dias-e-horarios-limitados.shtml>
- Antunes, R. (1996, agosto). A centralidade do trabalho hoje. *Sociedade e Estado*, Brasília, 12(2), 6-21.
- Antunes, R. (2002). O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 1(69), 107-120.
- Antunes, R. (2009). *Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (11a ed.). São Paulo: Boitempo.
- Azeredo, B. (1998). *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira* (Vol. 1, Coleção Teses e Pesquisas). São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet).
- Balsas, C. J. L. (2002). *O urbanismo comercial e as parcerias público-privado*. Lisboa: Observatório do Comércio.

- Barreto, T. R. (2003). *A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador* (Monografia de Bacharelado em Sociologia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Bocayuva, P. C. (1997, dezembro/fevereiro). Desenvolvimento sustentável e estratégia solidária. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, 75, 32-47.
- Borges, A. (2005). *Encruzilhadas do Sindicalismo*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Braga, R. (1997). *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã.
- Brandão, L. M. (2012, 17 de agosto). Feirantes prometem se organizar na rua José Avelino. *O Povo*. Recuperado em 14 maio, 2014, de [http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/08/17/\\_noticiasjornalfortaleza,2901236/feirantes-prometem-se-organizar-na-rua-jose-avelino.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/08/17/_noticiasjornalfortaleza,2901236/feirantes-prometem-se-organizar-na-rua-jose-avelino.shtml)
- Brandão, L. M. (2013, 8 de janeiro). Reunião entre Prefeitura e ambulantes termina sem avanços. *O Povo*. Recuperado em 14 maio, 2014, de [http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2013/01/08/noticiasjornalfortaleza,2984\\_292/reuniao-entre-prefeitura-e-ambulantes-termina-sem-avancos.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2013/01/08/noticiasjornalfortaleza,2984_292/reuniao-entre-prefeitura-e-ambulantes-termina-sem-avancos.shtml)
- Brito, M. F. (2005). *A cantiga das parcerias público-privado na gestão urbana local*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- Cacciamali, M. C. (1983). *Setor informal urbano e formas de participação na produção* (Tese de Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

- Cacciamali, M. C. (1991). As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In J. M. Camargo, & F. Giambiagi (Orgs.), *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Cacciamali, M. C. (1994, janeiro). A economia informal 20 anos depois. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 21(4), 217-232.
- Cacciamali, M. C. (1999). *Informalidade contemporânea na América Latina*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Cacciamali, M. C. (2000). Globalização e Processo de Informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, 14, 153-174.
- Cacciamali, M. C., Silva, G. B., & Matos, F. (1998). Sistema nacional de emprego: desempenho interestadual. In M. A. Oliveira (Org.), *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil* (pp. 169-192). Campinas: IE – Unicamp.
- Cardoso, J. C. (2006). *Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo* (Texto para Discussão n. 1237). Brasília: Ipea.
- Castel, R. (2008). *As metamorphoses da questão social: uma crônica do salário* (Poletti, I. D., Trans., 7a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1995).
- Cerqueira, M. B. (2000). *Os guardiões do tempo sobrevivem à cidade veloz: Trabalho informal e saúde, dimensões da exclusão social*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.
- Chaves, R. (2012). Cidade Ambulante. *Universidade Pública*, 66, 32-35.

- Costa, E. G. (1989). *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman/Artmed.
- Cruz, A. (2002). *Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária*. Campinas: Unicamp.
- Cunha, A. M. (2009, janeiro/junho). Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. *Rev. Katál. Florianópolis*, 12(1), 77-85.
- Dalbosco, E. (2000). *O Trabalho Informal no Brasil: Análise, Conceito, Pesquisas e Impactos Sociais* (Dissertação de Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Dantas, E. W. C. (1995). *Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza-Ce (1975 a 1995)*. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.
- Decreto nº 9.300, de 17 de janeiro de 1994* [Dispõe sobre o exercício da atividade de Comércio Ambulante do Município de Fortaleza e outras providências]. DOM, 1994. Fortaleza: Câmara Municipal.
- Dedecca, C. (1996). *Desregulamentação e desemprego no capitalismo avançado*. São Paulo: Perspectiva.
- Durães, B. J. R. (2002). Trabalho informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI. *Caderno CRH*, Salvador, 37(2), 289-308.

- Durães, B. J. R. (2004). *Trabalho Informal, Sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador* (Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Salvador, Brasil.
- Fagundes, M. E. M. (1992). *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: um estudo exploratório* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.
- Faoro, C. (1995). Breve Histórico da evolução do sistema previdenciário. In A. C. Gomes (Org.), *Trabalho e Previdência: sessenta anos em debate* (pp. 69-74). Rio de Janeiro: FGV.
- Ferreira, M. L. A. (2007). *Trabalho Informal e Cidadania: heterogeneidade social e relações de gênero* (Tese de doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Fidalgo, F., & Fidalgo, N. (2005). *Negociação da educação e da educação profissional*. In M. Teixeira, M. H. Ladoski, & M. R. Domingues (Orgs.), *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho* (pp. inicial-final). São Paulo: CUT.
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (2a ed., S. Netz, Trad.) Porto Alegre: Bookman.
- Franco, M. L. P. B. (1985). *O estudo de caso no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa*. São Paulo: PUC.
- Freitas, P., & Montagner, P. (1997). *Evolução das inserções ocupacionais na região metropolitana de São Paulo*. Brasília: Ipea.

- Gorz, A. (1993). O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos. In *O socialismo do futuro, futuro do trabalho. Revista de Debate Político*, Instituto Pensar - Fundação Sistema, 6, 25-31.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Itikawa, L. F. (2006). *Trabalho Informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas* (Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Klein, E. (1990). Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal. In S. Laranjeira (Org.), *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec.
- Lavor, T. (2010, 9 de junho). Feira José Avelino prejudica trânsito. *Diário do Nordeste*. Recuperado em 14 maio, 2014, de <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=846218>
- Lei nº 5.530, de 23 de dezembro de 1981* [Dispõe sobre o Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza e outras providências]. DOM, 1981. Fortaleza: Câmara Municipal.
- Lima, J. C. (1997). Negócios da China: A Nova Industrialização no Nordeste. *Novos Estudos Cebrap*, 49, 141-158.
- Lima, R. A., & Araújo, T. P. (2001). Avanços e impasses da política pública de emprego no Brasil: discussão com foco no Proger e no Planfor. In R. A. Lima, & T. P. Araújo (Orgs.), *Ensaio sobre mercado de trabalho e política de emprego*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Maricato, E. (2001). *Alternativas para a crise urbana. Brasil, Cidades*. São Paulo: Vozes.

- Marx, K. (1984). *O Capital* (Vol. 1, Tomo 2, Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural.
- Mascarenhas, G. (2008). Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. *Ateliê geográfico*, Goiânia, 2(4), 72-78.
- Matsuo, M. (2009). *Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais* (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Minayo, M. C. S. (1994). (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (2a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (8a ed.). São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- Moretto, A. J. (2001). *Mercado de trabalho e políticas de emprego no Brasil* (Dissertação de Mestrado em Economia). Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, Brasil.
- Moretto, A. J. (2007). *O Sistema público de emprego no Brasil: uma construção inacabada* (Tese de Doutorado em Economia). Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas, SP, Brasil..
- Moretto, A. J. (2010). *Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: a experiência recente*. (Série Trabalho Decente no Brasil, Documento de trabalho n.1). Brasília: OIT.
- Moretto, A. J., Gimenez, D. M., & Proni, M. W. (2003). Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In M. W. Proni, & W. Henrique (Orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90* (pp. inicial-final). São Paulo: Editora da Unesp; Campinas: Instituto de Economia/Unicamp.

- Moretto, A. J., & Pochmann, M. (2004). A retomada do emprego numa economia em marcha lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho. In *Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, 14* (pp. 20-24). Caxambu, MG, Brasil.
- Noronha, E. D. (2003). Informal, ilegal, injusto: percepções de mercado informal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18*(53), 111-179.
- Offe, C. (1995). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, S. T. Q. (2011). *Economia Submersa: estudo dos fatores determinantes da informalidade empresarial do Distrito Federal* (Monografia de Bacharelado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Organização Internacional do Trabalho, OIT (1972). *Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya*. Geneve.
- Pamplona, J. B. (2001). *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal.
- Pochmann, M. (2000). *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Pochmann, M. (2001). *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.
- Pochmann, M. (2002). *Era FHC: A regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Ramos, A. C. (2007). Do excedente estrutural à escolha individual. *Econômica, 9*(1), 115-137.
- Razeto, L. (1997, dezembro/fevereiro). O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Revista Proposta, Rio de Janeiro, 75*, 91-99.

*Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012.* [Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos]. DOU, 2012. Brasília: Conselho Nacional de Saúde.

Ribeiro, G., & Bezerra, R. (2014, 11 de abril). Ação de ordenamento termina em confusão na José Avelino. *Diário do Nordeste*. Recuperado em 25 junho, 2014, de <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/acao-de-ordenamento-termina-em-confusao-na-jose-avelino-1.994026>

Ruiz, J. A. (1991). *Metodologia científica: guia para eficiência de estudos* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Salm, C. (2005). Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In J. Sicsú, L. F. Paula, & R. Michel (Org.), *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social* (pp. inicial-final). Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Salvitti, A., Viégas, L., Mortada, S., & Tavares, D. (1999, junho). O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2(1), 1-23.

Santos, M. (1994). Meio Ambiente Construído e Flexibilidade Tropical. In M. Santos (Org.), *Técnica, Espaço, Tempo: globalização técnico científico informacional* (pp. 73-80). São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (2004). *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1979).

- Santos, M. C.; Silva, E. S., & Silva, J. B. (2011, 2º semestre). *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial EGAL, Costa Rica, 1-13.
- Sasaki, M. A. (2009). *Trabalho informal: escolha ou escassez de empregos? Estudo sobre o perfil dos trabalhadores por conta própria* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Sato, L. (2002). Saúde e controle no trabalho: feições de um antigo problema. In M.G. Jacques, & W. Codo (Orgs.), *Saúde Mental e Trabalho: leituras*. (pp. 31-49). Petrópolis: Vozes.
- Sercefór (2011, 13 de setembro). *Operação José Avelino* [mensagem do Blog Fiscais da Sercefór]. Recuperado em 14 maio, 2014, de <http://blogsercefór.blogspot.com.br/2011/09/fortaleza-estainserida-na-rota-dos.html>
- Severino, A. J. (2008). *Metodologia do Trabalho Científico* (23a ed., revista e atualizada). São Paulo, SP: Cortez.
- Siede, M. A. (1994). *O trabalho informal: o estudo dos camelôs de Porto Alegre* (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Silva, I. M. F. (2008). *Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sóciohistóricos*. Cuiabá: EDUFMT.
- Silva, J. L. T., Neves, L. F., Paiva, L. H., Antunes, M. M., & Gonzalez, R. H. (2002). Estudo elaborado pelo Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a propósito da Reunião de Ministros do Trabalho do Mercosul, Bolívia e Chile.

- Singer, P. (1996, agosto/setembro). Desemprego: uma solução não-capitalista. *Teoria & Debate*, São Paulo, 32.
- Siqueira, S. (1998). *Os Contornos da Informalidade: o caso valadareense* (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Soto, H. (1987). *Economia Subterrânea: Uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo. (Original publicado em 1986).
- Sousa, D. (2009, 25-28, agosto). *O microcrédito no contexto das políticas públicas de trabalho e renda: uma análise do programa Meu Trabalho na região polarizada por Campina Grande- PB*. In Jornada Internacional de Políticas Públicas, 4. São Luis, MA.
- Souza, C. (2006, julho/dezembro). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Revista Sociologia*, Porto Alegre, 8(16), 5-45.
- Souza, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG.
- Taddei, E. (1998). Empregabilidade e formação profissional: a nova face da política social na Europa. In L. Silva (Org.). *Escola cidadã no contexto da globalização* (pp. 340-368). Petrópolis, Vozes.
- Theodoro, S. M. C. H. (2000). *A fertilização da Terra pela Terra: Uma alternativa de sustentabilidade para o pequeno produtor rural* (Tese de Doutorado). CDS/UnB. Brasília, Brasil.
- Tokman, V. (2003). *Da informalidade a modernidade* (Boletim n. 155). Montevideo: Cinterfor.

Ulyssea, G. (2006) Informalidade no mercado de trabalho: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, 26(4), 596-618.

## **Apêndices**

### **Roteiros de entrevistas**

#### **Roteiro de entrevista com Poder Público Municipal de Fortaleza**

1. Qual a visão do Poder Público Municipal de Fortaleza sobre a Feira José Avelino?
2. Quais são as políticas públicas, ações e projetos voltados para a Feira José Avelino e para os trabalhadores nela inseridos?
3. Qual a orientação do poder municipal para a administração da Feira José Avelino?

#### **Roteiro de entrevista com os Fiscais da Feira José Avelino**

1. Qual a orientação que recebe para fiscalização na Feira José Avelino?
2. Como desenvolve esse trabalho?
3. Quais as dificuldades encontradas para a realização desse trabalho?
4. Você conhece as políticas públicas, ações e projetos voltados para a Feira José Avelino e para os trabalhadores nela inseridos?
5. Quais as suas percepções em relação a esse trabalho que realiza como fiscal na Feira José Avelino?

**Roteiro de entrevista com os trabalhadores da Feira José Avelino**

1. Qual a sua opinião em relação às ações da prefeitura ou do Governo do Estado voltadas para a Feira José Avelino e para os trabalhadores nela inseridos?
2. Como você se sente quando há intervenção da prefeitura ou Governo do Estado?  
Como você vivencia essa situação?
3. Na sua opinião, o que deveria ser feito pela prefeitura ou Governo do Estado para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da Feira José Avelino?

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA  
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO DA PESQUISA: “POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO INFORMAL: UM ESTUDO SOBRE OS TRABALHADORES DA FEIRA JOSÉ AVELINO EM FORTALEZA-CE”,**

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Elayne de Sousa Carvalho e Oliveira**

Prezado Colaborador,

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo geral: discutir as políticas públicas direcionadas aos feirantes da Rua José Avelino em Fortaleza – CE. Os objetivos específicos são: conhecer as ações e projetos políticos voltados para os trabalhadores informais da Feira José Avelino e a percepção dos feirantes sobre essas ações, analisar a percepção do Poder Público sobre a Feira, bem como a vivência desses trabalhadores em relação a essas ações.

Ao participar desta pesquisa você será entrevistado individualmente onde contará um pouco sobre a sua percepção em relação às ações do poder público voltadas para a Feira José Avelino e para os trabalhadores que nesta atuam. Essa entrevista será gravada e transcrita para posterior análise. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a ENTREVISTA, sem nenhum prejuízo para você. Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

Os benefícios de sua participação nessa investigação são: Conhecer a vivência e percepção dos trabalhadores informais da feira José Avelino e possibilitar uma discussão e o desenvolvimento de políticas que facilitem melhores arranjos de trabalho para os feirantes da José Avelino.

O risco em participar dessa pesquisa é mínimo, pois são perguntas amplas sobre o dia a dia de trabalho. Entretanto, é importante esclarecer que se em qualquer momento sentir desconforto psicológico e, dessa forma não deseje responder a alguma pergunta ou mesmo encerrar a entrevista sinta-se a vontade. Em caso de necessidade, como psicóloga poderei dar suporte ou se necessário farei o encaminhamento do entrevistado ao SPA.

Todas as informações que você nos fornecer através da entrevista serão utilizadas somente nesta pesquisa. Suas respostas e seus dados pessoais ficarão em segredo e seu nome não aparecerá em nenhuma das gravações ou formulários nem quando os resultados forem apresentados.

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Endereço: Av. Washington Soares 1321– Bloco N Sala 13 Edson Queiroz- Tel. (85) 34773219  
Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza, Ce.

#### COÉTICA

Universidade de Fortaleza.

Av. Washington Soares, 1321, Bloco da Reitoria, Sala da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1º andar.

Bairro Edson Queiroz, CEP 60811-341.

Telefone (85) 3477-3122, Fortaleza, Ce.

Se você estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia do mesmo. Importante também que sua rubrica conste em cada página do referido termo junto com a deste pesquisador.

### TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade \_\_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Fortaleza-Ce, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## Aprovação do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)/  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO INFORMAL: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO GOVERNAMENTAL NA FEIRA JOSÉ AVELINO EM FORTALEZA, CE

**Pesquisador:** Elayne de Sousa Carvalho e Oliveira

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 25961614.4.0000.5052

**Instituição Proponente:** Fundação Edson Queiroz

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 618.834

**Data da Relatoria:** 01/04/2014

#### Apresentação do Projeto:

Pesquisa qualitativa do tipo descritiva, por meio de um estudo de campo, da técnica de entrevista semiestruturada e análise documental. Serão entrevistados sete participantes: sendo uma entrevista com um representante da SERCEFOP, duas outras entrevistas serão realizadas com dois fiscais da prefeitura que sejam responsáveis pela fiscalização da Feira José Avelino e sete com feirantes a fim de conhecer a vivência e percepção dos feirantes sobre as ações das autoridades em relação à Feira José Avelino.

#### Objetivo da Pesquisa:

objetivo geral: discutir as políticas públicas direcionadas aos feirantes da Rua José Avelino em Fortaleza CE.

objetivo específico: Conhecer ações e projetos políticos voltados para esses trabalhadores; analisar a percepção do poder público sobre a feira; investigar como se dá a administração da Feira José Avelino à partir da gestão governamental; conhecer a percepção dos feirantes sobre as ações das autoridades governamentais; e analisar as vivências desses trabalhadores em relação a essas ações.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: risco mínimo.

**Endereço:** Av. Washington Soares 1321 Bloco da Relatoria  
**Bairro:** sala da VRPPG - Edson Queiroz **CEP:** 60.811-905  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3477-3122 **Fax:** (85)3477-3056 **E-mail:** coetica@unifor.br

UNIVERSIDADE DE  
FORTALEZA (UNIFOR)/  
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ



Continuação de Processo: 818.854

**BENEFÍCIOS:** Contribuir para o processo de conhecimento da vivência e percepção dos trabalhadores informais e do poder público, como aspectos importantes na relação entre Estado como poder administrativo e trabalhadores informais.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante que busca esclarecimentos no processo de conhecimento da vivência e percepção dos trabalhadores informais e do poder público.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**  
em conformidade.

**Recomendações:**

sem recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sugere-se a Aprovação do projeto de pesquisa.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O colegiado acata o parecer de Aprovação do projeto e esclarece: Apresentação de relatório parcial e final; A pesquisa deve ser desenvolvida conforme delineada no protocolo aprovado; O CEP deve ser informado dos efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal da pesquisa; Emendas ou modificações ao protocolo de pesquisa devem ser enviadas ao CEP para apreciação ética.

FORTALEZA, 16 de Abril de 2014

Assinador por:

**Marília Joffily Pereira da Costa Parahyba**  
(Coordenador)

Endereço: Av. Wladimir Bezerra 1521 Bloco de Baitão  
Bairro: sede da VRPPG Edson Queiroz CEP: 80.311-906  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3477-3122 Fax: (85)3477-3066 E-mail: cocticoa@unifor.br